

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JÉSSICA PRUDENTE DE SOUZA

**PARADIPLOMACIA E POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO: O CASO DE
SERGIPE**

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2021

JÉSSICA PRUDENTE DE SOUZA

**PARADIPLOMACIA E POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO: O CASO DE
SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Relações Internacionais da
Universidade Federal de Sergipe como requisito
parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de
Campos.

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2021

JÉSSICA PRUDENTE DE SOUZA

**PARADIPLOMACIA E POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO: O CASO DE
SERGIPE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Adriano Godoy de Campos
Universidade Federal de Sergipe

Avaliador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira
Universidade Federal de Sergipe

Avaliador: Prof. Dr. Lucas Miranda Pinheiro
Universidade Federal de Sergipe

“A gente é criada para ser assim, mas temos que mudar.
Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande
demais para não sermos quem a gente é.”

- Elza Soares

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais. Sem dúvidas, sem o apoio deles eu não estaria aqui. Aprendi a ler e a escrever com meu pai, sempre paciente comigo, me apoiou em todas as decisões que tive. Mãe, agradeço por sempre me incentivar a estudar, mesmo tão diferentes, você sempre me incentivou a ser uma mulher independente. Eu não estaria aqui se não fosse vocês! Agradeço ao meu irmão, por pacientemente ter acordado as 5h da manhã pra pegar o ônibus e sempre a noite ir me buscar! Agradeço as minhas irmãs, por todo apoio e auxílio nessa jornada difícil, aprendi com vocês a importância de trabalhar com o que eu gosto, independentemente de qualquer coisa! Vocês são mulheres incríveis e eu me orgulho de vocês! Agradeço aos meus cunhados, por todo apoio e incentivo durante o curso!

Agradeço aos meus professores de curso, Lucas, que está comigo desde o primeiro dia e me ajudou em todas as situações que tive, por ter aceitado minhas loucuras e me ajudado a mudar minha visão de mundo. Ao professor Corival, que sempre me ouviu e me aconselhou, perdi as contas de quantas vezes chorei naquela salinha, mas sempre tive apoio. Ao professor Thiago, que me incentivou e se preocupou comigo, e ainda me deu um dos melhores presentes da graduação, fazer parte do GAL. A professora Flávia, por toda paciência em me ensinar a melhor disciplina desse curso, por todo incentivo e apoio para que eu conquistasse meu diploma. A professora Érica, pela disposição em me ajudar com meus problemas de saúde e sempre preocupada com uma receita que pudesse me ajudar. Ao professor Rodrigo, por ter acreditado em mim e compartilhado os melhores memes, por ter sido um professor e amigo. Ao professor Renan, por ter me ajudado quando mais precisei e ter feito minha saúde prioridade. A professora Lívia, que conheci pouco, mas agradeço a paciência com minhas dificuldades e ter topado participar das nossas maluquices, foi um prazer te conhecer. Ao professor Cairo, por não ter se incomodado em ser meu coorientador e ter me dado tantos conselhos, apesar de o senhor ter chegado nos 45 do segundo tempo, eu não consigo mensurar o quanto aprendi com você.

E por fim, agradeço ao meu orientador, professor e amigo! Geraldo, queria conseguir mensurar o quanto o senhor foi importante pra mim, o quanto aprendi com você, academicamente, profissionalmente e acima de tudo, como ser alguém que gosta de viver. Obrigada por sempre ter acreditado em mim e ter sido essa pessoa tão paciente, espero ser um profissional com tamanha dedicação e amor pela profissão!

Agradeço, especialmente, a Léo e Louise! Por todas as conversas enquanto precisava esperar o ônibus, pelos conselhos, ajuda e todo o carinho que tiveram comigo!

Agradeço aos meus presentes de curso, Malu, Henrique, Marina, Assunção, Jefferson e Tarcia. Alguns estão comigo desde o primeiro dia, outros foram chegando depois. Mas, isso não importa. Eu não estaria aqui se não fosse você, que me incentivaram, me ajudaram, me apoiaram. Obrigada por tudo! Agradeço a minha amiga Mari, por ter me recebido em sua casa, pelas conversas na madrugada e por todo incentivo que tive durante esses tempos. A minha amiga Ana, que sempre tinha uma palavra amiga e por todo o cuidado que teve comigo. Agradeço as minhas amigas de curso Barbara e Júlia, sinto por ter me aproximado de vocês no final, mas feliz por saber que tenho pessoas tão preciosas em minha vida!

Agradeço ao meu melhor amigo, Felipe. Lembro que você foi a primeira pessoa que compartilhei a que tinha passado no curso e tá comigo até hoje, me apoiando, me incentivando, me fazendo acreditar que eu posso conquistar qualquer coisa que eu quiser. Você foi indispensável nesse processo, Felipe, obrigada por tudo!

Agradeço a primeira turma do GAL, por ter me mostrado quem posso ser e pelos amigos que fiz, Paula, Rafaela, Matheus, Maria Milena, João Pedro, Ênio, Clara e Carlos Júnior. Obrigada por serem tão compreensivos comigo e por ter me ajudado a vencer esse medo da sala de aula, vocês fizeram tudo parecer mais fácil. Agradeço as pessoas do CEAI, por ter me mostrado com o que eu queria ter uma carreira, por toda ajuda sempre que precisei, por terem me dado a liberdade de ser quem eu sou!

Obrigada a todas as pessoas que conheci depois e me fizeram acreditar que a faculdade pode ser um ciclo de apoio. Dani, Enndiel, Larissa, Raquel, Giovanna, Sophia, Gabriela, Eduardo, obrigada por cada conversa, por todas as vezes que acreditaram em mim, pela ajuda.

Por fim e mais importante que qualquer pessoa, agradeço ao meu sobrinho Gabriel e minhas sobrinhas Yasmin, Drielly e Heloise. Perdi as contas de quantas vezes cheguei cansada e vocês me faziam companhia, me divertia, brincava comigo. Agradeço por todas as chamadas de vídeo quando eu estava ausente e por nunca terem me cobrado nada, sempre se importaram comigo e me deram amor. Vocês me fizeram companhia quando estava cansada, me fizeram sorrir e mais que tudo, me fizeram ser quem sou hoje. Com vocês aprendi a ser paciente, ser espontânea, ser leve. E como diz Nando Reis, *“entre as coisas mais lindas que eu conheci, só reconheci suas cores belas quando eu te vi”*. Eu amo vocês!

Jéssica, essa vai pra você: agradeça as suas conquistas, as que você já teve e as que ainda conseguirá, por ter tido toda paciência do mundo com você e ter sido feliz. Eu não posso esperar um futuro tão brilhante quanto o que você pode conquistar!

RESUMO

A paradiplomacia ganhou força após a Guerra Fria. No Brasil, esse fenômeno emergiu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Atualmente, as ações paradiplomáticas abrangem todas as regiões do país. Com isso, a política pública para fins de internacionalização teve um impacto ainda maior nas cidades e nos estados, uma vez que a paradiplomacia ajuda a atingi-los. Diante da adoção da paradiplomacia no Brasil, o seguinte trabalho propõe pesquisa voltada para identificar como a paradiplomacia com base nas políticas públicas ajudou no processo de internacionalização de Sergipe entre os anos de 2000 a 2020, a partir de análise de dados do estado. O mapeamento que se fez busca também suprir uma lacuna tanto na literatura quanto na base de dados sobre políticas públicas de internacionalização em Sergipe.

Palavras-chave: Paradiplomacia. Políticas Públicas. Internacionalização. Sergipe.

ABSTRACT

Paradiplomacy gained strength after the Cold War. In Brazil, this phenomenon emerged with the enactment of the 1988 Federal Constitution. Currently, paradiplomatic actions cover all regions of the country. As a result, public policy for internationalization had an even greater impact on cities and states, since paradiplomacy helps to achieve them. Given the adoption of paradiplomacy in Brazil, the following work proposes research aimed at identifying how the paradiplomacy based on public policies helped in the internationalization process of Sergipe between the years 2000 to 2020, based on the analysis of state data. The mapping that was carried out also seeks to fill a gap both in the literature and in the database on public internationalization policies in Sergipe.

Keywords: Paradiplomacy. Public Policy. Internationalization. Sergipe.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP – Agência Nacional do Petróleo

ARIFIS – Assessoria de Relações Internacionais do Instituto Federal de Sergipe

CODISE – Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe

CORI – Coordenadoria de Relações Internacionais

DIA – Distrito Industrial de Aracaju

EMBRATUR – Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo

FeComércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe

FIES – Financiamento Estudantil

MEC – Ministério da Educação

MIR – Ministério Internacional da Restauração

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PDR – Plano Desenvolvimento Regional

PEIEX – Programa de Qualificação para Exportação

PSDI – Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC – Secretaria de Educação do Estado de Sergipe

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SETUR – Secretária de Turismo do Estado de Sergipe

UNIT – Universidade Tiradentes

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 A CONTRIBUIÇÃO TEORICA- CONTEXTUAL.....	15
1.1 Paradiplomacia	15
1.2 Paradiplomacia brasileira	17
1.3 Políticas públicas e paradiplomacia	19
CAPÍTULO 2 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA INTERNACIONAL.....	22
2.1 Internacionalização em práticas de comércio	22
2.2 Internacionalização em práticas de ensino	26
2.2.1 Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC e o Instituto Federal de Sergipe – IFS	26
2.2.2 Universidade Federal de Sergipe – UFS	28
CAPÍTULO 3 QUADRO COMPARATIVO DAS DIMENSÕES ANALÍTICAS.....	31
3.1 Ações paradiplomáticas	31
3.2 Verbas governamentais	33
3.3 A questão dos dados	35
Considerações finais	36
Referências	39
Apêndice I	45
Apêndice II	53
Apêndice III	58
Apêndice IV.....	66
Apêndice V	68

Apêndice VI	69
Apêndice VII	71

INTRODUÇÃO

A inserção internacional dos governos locais se relaciona principalmente com a intensificação do processo de globalização e às reformas descentralizadoras realizadas por diversos países entre as décadas de 1980 e 1990. Segundo Nye (2002), a difusão do poder e da governança para além dos governos centrais promovida pela globalização e pela revolução da informação abrange três setores: privado, público e terceiro setor; e três níveis de análise: supranacional, nacional e subnacional.

Pela perspectiva prática desse fenômeno, o que se pode constatar a partir da observação das máquinas públicas locais e dos estudos já realizados no país é que há uma atuação de relativa importância dos entes subnacionais nas relações internacionais do Brasil, mesmo que de forma isolada. Uma vez que a paradiplomacia é restrita a poucas cidades, as secretarias de relações internacionais existentes vêm desempenhando papel de alto nível e os governadores e prefeitos têm atingido nível de objetividade nas negociações internacionais que ultrapassam, por vezes, as missões federais (SARAIVA, 2006).

Nos estudos nacionais, a análise das práticas regionais ganhou relevância, principalmente no nível Mercosul com a rede de Mercocidades e com o consequente Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, pois são iniciativas analíticas sul-americanas apresentam atuação em rede das entidades subnacionais na nova instância política surgida em nível regional. Nas definições da literatura referente ao assunto, é possível perceber que, por muitas vezes, os autores relacionam a atuação externamente com a própria unidade federada e outras vezes com os governos que respondem pela administração dessa unidade. Por isso, é importante deixar claro duas diferenciações.

A primeira refere-se à diferenciação entre internacionalização dos governos locais e internacionalização dos municípios ou regiões. Enquanto a primeira relaciona-se com as decisões políticas do poder público institucionalizado – mais especificamente no executivo municipal – e com os resultados de caráter público que ambiciona, a segunda remete à separação governo/sociedade (SALOMÓN, 2007), em que o foco é dado nas forças sociais, quando influenciam seus representantes ou quando elas atuam autonomamente. Dentro do município, incluem-se as atividades das organizações não governamentais, empresas multinacionais e indivíduos que atuam a todo o momento para a internacionalização do local, intencionalmente ou não. Essas ações autônomas escapam da esfera do poder público municipal.

A segunda relaciona-se à confusão entre as palavras “cidade” ou “município”, “governos locais” e entre “estados” e “governos regionais ou estaduais”. Cidades não implantam políticas,

governos, sim (SALOMÓN, 2009). Keating (1999), em opinião diversa, afirma que a paradiplomacia não é a mesma coisa do que a diplomacia estatal convencional, porque está se referindo à perseguição de um interesse definido pelo Estado na arena internacional, e aquela é mais específica e focada funcionalmente.

Com isso, ações de políticas públicas são importantes para o desenvolvimento regional do estado. Uma vez que os recursos financeiros do país são limitados, as políticas públicas também desempenham funções de organizar para onde vai esse montante de dinheiro público, visando suprir a necessidade de um problema que afeta a sociedade. Por isso, é fundamental compreender o processo de elaboração e execução dos ciclos desse processo.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além das considerações finais. No primeiro capítulo, serão apresentados os conceitos e aspectos da paradiplomacia, a importância da Constituição para a atuação internacional subnacional, assim como as adaptações ocorridas nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e como eles se relacionam. Também será discutida a influência do Mercosul, da rede de Mercocidades e da mudança de governos na paradiplomacia brasileira.

O segundo capítulo está baseado em entrevistas realizadas a partir de videochamadas, devido ao cenário atual de pandemia, com responsáveis pela atuação internacional em órgãos do estado de Sergipe e na análise de documentos oficiais como o Plano Pluri Anual de Educação e o Plano de Desenvolvimento Regional. Optamos por selecionar quatro órgãos como unidades de análise de nossa pesquisa, com a realização de entrevistas com representantes a partir de questionários pré-estruturados. Tentamos contemplar perfis diversos entre os órgãos selecionados, também cientes dos limites impostos para a realização da pesquisa em função do acesso a dados e do contexto da pandemia. Selecionamos um órgão no âmbito econômico (a Fecomércio – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe), três órgãos públicos da área educacional (Coordenadoria de Relações Internacionais - CORI - da Universidade Federal de Sergipe; a Assessoria de Relações Internacionais do Instituto Federal de Sergipe, ARIFIS e a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, SEDUC) e um órgão público da área de Turismo (Secretaria de Turismo, SETUR).

As entrevistas foram organizadas ao redor das seguintes dimensões: estrutura organizacional, funcionamento, semelhanças e divergências com relação a outros órgãos. Organizamos o material coletado, operacionalizando essas dimensões analíticas em três conjuntos de “práticas sociais de internacionalização”: internacionalização em práticas de comércio, em

práticas de ensino e em práticas de turismo. Para além de entrevistas, contamos com informações obtidas através de material fornecido pelos próprios órgãos.

No terceiro capítulo, foi apresentado uma análise comparativa com base nas entrevistas e nas ações que estado estabelece. A partir disso, a hipótese central é a fim de evidenciar as potencialidades e fragilidades das diferentes iniciativas de internacionalização, a metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa, que faz o uso de entrevistas com profissionais especializados. O período escolhido para o levantamento de dados do presente trabalho foi o de 2000 a 2020. Esse recorte temporal possibilitará uma visão atualizada das relações transnacionais do estado escolhido, além de dar oportunidade para uma melhor compreensão da relação entre as características locais e a presença de áreas internacionais durante um ciclo inteiro da administração de diferentes governos e como isso implica na implementação de políticas públicas. Também será abordado como, além dos governos estaduais, o terceiro setor também influenciou para alavancar o processo de paradiplomacia de Sergipe.

CAPÍTULO 1 A CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA-CONTEXTUAL

1.1 Paradiplomacia

Entre as décadas de 1980 e 1990 a inserção internacional dos governos locais estava relacionada, principalmente, à intensificação do processo de globalização e às reformas descentralizadoras realizadas por diversos países. Devido a diversas mudanças estruturais que ocorreram no Sistema Internacional no fim do século XX, uma nova agenda foi formada e houve espaço para iniciar uma descentralização maior dos Estados. Logo, algumas ações já não estavam mais concentradas no poder central, mas sim em outros atores federais que começaram a adquirir maior importância. Foi durante esse período que teóricos de Relações Internacionais tentaram explicar as mudanças que estavam ocorrendo na política externa. Com isso, novos esquemas teóricos foram feitos com variáveis que anteriormente eram ignoradas pelos teóricos realistas, como por exemplo as relações econômicas, como tentativa potencialmente complementar à análise das novas configurações mundiais que envolviam mudanças nas interações entre os Estados (KEOHANE; NYE, 2001).

Foi a partir da década de 1990, impulsionada principalmente pelo fim da Guerra Fria, que as pessoas observaram um aumento substancial na expansão econômica e social em nível transnacional, com a circulação de ideias e informações entre as diversas regiões do mundo, atingindo países, empresas, indivíduos e movimentos presentes em distintos territórios. A amplitude e profundidade destas interações transnacionais, que ultrapassavam em larga medida as anteriores formas de interações transfronteiriças, fora designada pela literatura especializada como globalização – globalização dominante ou hegemônica (SOUSA SANTOS, 2011) ou globalização à la americana (CARDOSO, 2008) – todavia, também vemos designações como aldeia global, ocidentalização do mundo, financeirização, entre outras. Cada definição conceitual enfatizava aspectos referentes a diferentes traços do fenômeno, convergindo, porém, na ênfase dada à fragmentação do paradigma bipolar da Guerra Fria como indutora de uma relevante mudança de padrões nas Relações Internacionais. Para Barbosa (2011, p.34):

a globalização poderia encontrar suas origens no início da década de 1990, quando passa a afetar praticamente todos os países do antigo Terceiro Mundo e do ex-bloco socialista. Isso significa que se abriu, de uma hora para outra, uma fronteira inesperada e excepcional para a acumulação de capital, enquanto nos países onde já estava presente, o capitalismo criou novos espaços para o investimento, a partir da privatização e da abertura dessas economias (BARBOSA, 2011, p.34).

Desenhou-se um cenário que sinalizou um espaço aberto para novos atores intervirem. Ante o marco da globalização, seus arautos exaltavam a suposta dissipação das fronteiras geográficas entre os Estados, o desenvolvimento dos meios de comunicação e o deslocamento de

pessoas, bens e capital com diferentes graus de facilidade. Segundo Morais (2001), a globalização da economia capitalista, a correlação dos mercados financeiros, novos blocos econômicos, de redes de cidades, a proliferação de ONGs, entre outros, demonstravam o grau de complexidade e o contraponto dessas relações. Com isso, o aumento das relações transfronteiriças dificultava a capacidade de controle do Estado nacional sobre o fluxo de pessoas, bens, capital e ideias.

Esse efeito econômico, social, político e cultural que foi resultado da globalização afetou a soberania dos Estados, consolidando a intensificação dos fluxos transnacionais e contribuindo para formar de uma nova geografia da centralidade (BARRETO; MARIANO, 2004). A globalização então permitiu que as regiões subnacionais passassem a possuir uma maior independência de ação. Sendo assim, elas começaram a procurar maneiras de se integrar com outras regiões para solucionar seus problemas internos que não eram satisfatoriamente atendidos pelo Estado Nacional (HOCKING, 2004). Sendo assim:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão (GIDDENS, 1991, p. 69-70).

A globalização não significou, portanto, o fim do local enquanto prática social (LOURENÇO, 2014). O que a globalização produziu foi a *intensa ligação do local com o global*, conectados a um conjunto de transmutações profundas na vida cotidiana que afetam as práticas sociais e os modos de comportamento. Para Lourenço (2014), a globalização não só aumenta o poder e a influência das comunidades locais e das nações para enviá-las para uma arena global, como também pode acontecer o contrário. Ou seja, a intensificação dos fluxos globais aumenta a pressão sobre as comunidades locais, fortalecendo mais ainda suas reivindicações por autonomia. Isso faz com que as comunidades locais voltem a reafirmar sua identidade, reconhecendo e recriando referenciais simbólicos próprios, sem negar aqueles aceitos como nacionais.

Como houve essa maior possibilidade das transações internacionais, as forças subnacionais do Estado foram condicionadas, além do seu papel tradicional no âmbito doméstico, a ter seu papel reformulado a partir de medidas descentralizadoras (CAIXETA, 2017). Como resultado, os governos locais, em especial os municípios, adquiriram um papel cada vez mais atuante no plano internacional, ao assumirem novas responsabilidades e maior autonomia, além de terem que enfrentar as consequências da globalização em seu território. Com isso,

A nova agenda urbana agrega temas, problemas, desafios e modalidades de gestão, alterando também a escala espacial de atuação das cidades. Incorpora-se ainda uma nova articulação público-privada, uma maior associatividade horizontal dos municípios entre si, novos papéis econômicos e sociais e introduz-se o conceito de planejamento estratégico urbano como um modo de gestão que se estabelece, com base em um acordo coletivo de uma visão estratégica do futuro da cidade em um cenário desejado, e com definições de caminhos para alcançá-lo. (RIBEIRO, 2009, p.23)

Desse modo, a costumeira centralidade do Estado nacional, enquanto unidade particular de iniciativa econômica, social, política e cultural, passou a ser questionada. Foi, então, que surgiu a *paradiplomacia*, fenômeno político-social que, diante do cenário de interdependência nas Relações Internacionais, comportou um crescimento ainda maior a partir do início dos anos 2000. Borja e Castells (1996, p.52) destacam que

As cidades vêm ganhando, nas últimas décadas, um protagonismo inegável tanto no que se refere à vida cotidiana dos cidadãos - na recuperação do patrimônio, na promoção de grandes transformações urbanísticas, criação de empregos, serviços básicos etc. - quanto no que diz respeito às relações internacionais - atraindo investimentos, promovendo o turismo e grandes eventos, participando ativamente de fóruns mundiais etc. A cidade assume definitivamente centralidade na criação e dinamização de bens simbólicos e no bem-estar de sua população. A partir deste quadro da cidade no interior do processo de globalização e de um conjunto de exemplos que dizem respeito, sobretudo, às grandes urbes européias e latinoamericanas (BORJA; CASTELLS, 1996, p.52).

O aumento da participação das cidades como importantes atores em redes globais de entes subnacionais têm sido marcante, principalmente nas últimas duas décadas. Os governos municipais vêm compreendendo, desde então, a importância de criar mecanismos para buscar mais recursos, cooperação técnica e tecnológica no exterior e realizar empréstimos de instituições financeiras internacionais. Da mesma forma, há também a procura por influenciar de alguma maneira os regimes internacionais e as políticas das organizações internacionais que afetam as cidades. Como exemplos, podemos citar a presença de governos locais nas relações internacionais em processos de integração regional, como o caso do Mercosul e da rede Mercocidades ou projetos da ONU como o Habitat. Sendo assim,

o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional. (PRIETO, 2004, p.251)

1.2 Paradiplomacia brasileira

Assim como a paradiplomacia vem ganhando destaque, a atuação dos governos subnacionais brasileiros também foi um tema que vem ganhando maior relevância entre os anos 2000. Como outros atores, para além do Estado, passaram a atuar no sistema internacional, a política externa do Brasil deixou esses interesses locais em segundo plano, obrigando os entes subnacionais a buscarem

mecanismos próprios para sua inserção internacional (PERPÉTUO, 2010). Com isso, como resultado do aumento da globalização e das relações no âmbito exterior, os governos locais iniciaram sua atuação para além dos limites nacionais, envolvendo-se não apenas na formação de acordos, mas também na busca por investimentos externos. Assim, Junqueira (2014, p. 233), define a paradiplomacia como a

inserção internacional de atores subnacionais; ação direta internacional por parte dos atores subnacionais que complementam e desafiam as políticas centrais do Estado; inserção internacional das regiões por razões econômicas, culturais ou políticas; atividade internacional de governos não centrais que relacionam forças domésticas e internacionais (JUNQUEIRA, 2014, p.233).

No Brasil, o Presidente da República, com o auxílio do Itamaraty como braço das relações exteriores do poder Executivo, é o expoente máximo da centralização, da formulação e condução da política externa brasileira (Decreto Nº 7.304, de 22 de setembro de 2010). Contudo, importa mencionar que o engendramento da política externa conta também com outros órgãos da administração pública (RODRIGUES, 2004).

As ações internacionais brasileiras de governos estaduais são identificadas desde a República Velha (1889-1930). Entretanto, os esforços para a construção de um marco conceitual desse processo somente ganharam espaço a partir da década de 1980, estimulados pela intensificação destas atividades. A constituição de 1988, a mais democrática que o País teve até o momento, distribuiu detalhadamente as competências entre os entes federados e conferiu, pela primeira vez na histórica constitucional, o status federativo aos municípios. A partir de 1988, o Brasil passa a ser uma federação trina, composta por três entes federados: a união, os estados e os municípios.

A Constituição de 1988 foi um marco importante para fixar em algum nível as tomadas de decisões da União para os entes federados. O caso da educação é um exemplo. Aos municípios foi destinada a responsabilidade pela educação infantil, enquanto os estados da federação, mais o distrito federal, ficaram responsáveis pela educação fundamental e ensino médio. Outros temas centrais como a saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS), foram também descentralizados da União para os estados e os municípios (Art. 196 a art. 200, Constituição Federal, 1988). Não se ampliaram, contudo, as prerrogativas das unidades subnacionais no campo da política externa (ONUKEI; OLIVEIRA, 2007), sendo possível identificar casos em que as atividades dos governos subnacionais geraram atritos importantes com o governo federal, mas que não podem ser classificadas como ações paradiplomáticas (PRADO, 2018).

Froio (2015) chama a atenção para a importância das estruturas institucionais que coordenam as relações exteriores desses governos regionais com atividades internacionais

significativas. Para classificar a ação exterior dos atores que consideramos, portanto, é fundamental levar em consideração o processo de construção e evolução das respectivas estruturas institucionais paradiplomáticas (SALOMÓN; NUNES, 2007).

1.3 Políticas públicas e Paradiplomacia

Assim como ocorreu com a paradiplomacia, as últimas décadas registraram a necessidade de reconhecer a importância do tema das políticas públicas. Enquanto conceito, é possível encontrar várias definições para políticas públicas,

Frequentemente, compreende-se a política pública como uma ação ou conjunto de ações por meio das quais o Estado interfere na realidade, geralmente com o objetivo de atacar algum problema. Essa definição se mostra um tanto quanto simplista, uma vez que trata o Estado como um ator que opera de forma autônoma e beneficia a sociedade como um todo através de suas ações (SERAFI; DIAS, 2012, p. 124).

Diversos motivos influenciaram o aumento da importância dos estudos sobre políticas públicas, tanto em países industrializados quanto nos países em desenvolvimento. Segundo Souza (2003), o fator inicial foi a adoção de políticas para redução de gasto, o que passou a prevalecer na agenda da maioria dos países e em especial nos países em desenvolvimento que desempenharam e executaram tais políticas, tanto nas áreas econômicas como nas sociais, ganhando maior visibilidade. Outro fator são as novas visões sobre o papel que os governos ganharam hegemonicamente e nas políticas keynesianas, que guiaram a política pública no pós-guerra e foram substituídas pela ênfase no ajuste fiscal.

Para Thomas Dye (1979; 2013), é possível identificar três objetivos para a análise de políticas públicas: como descrever políticas públicas, como estudar suas causas e como definir seus efeitos. No entanto, em relação às questões sobre a descrição das políticas públicas é possível notar que têm recebido menos atenção, embora sua conceitualização seja essencial e necessária para iniciar qualquer um dos outros dois objetivos. Para este trabalho, será usado o conceito de política pública estabelecido por Gobert e Muller (1987) como o "Estado em ação", onde o Estado é o agente que implementa um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. É importante ressaltar que,

Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de *responsabilidade* do Estado $\frac{3}{4}$ quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais (LIMA; STEFFEN; D'ASCENZI, 2018, p.31).

A importância de fazer política pública está atrelada ao fato de promover mudanças sociais. É notório que para que as políticas públicas se legitimem a partir do enfrentamento de um dado

problema social é preciso que algo que é considerado indesejável desperte uma ação em contrapartida do governo. Neste sentido, ganha atenção o caráter definido dos processos envolvidos que implicam a construção da ação assim como a pretensão do fim almejado (LIMA; STEFFEN; D'ASCENZI; 2018).

É possível também encontrar algumas definições menos amplas, como as abordadas por Muller e Surel (2002) que voltam o olhar para uma configuração mais *processual*, quando apresentam a seguinte significado: o processo pelo qual formulam e implementam os programas de ações públicas e que são coordenados em torno de objetivos acessíveis. Ou seja, políticas que se referem à elaboração permanente de construções de intervenção junto a uma realidade social, usando meios considerados adequados. Secchi (2015, p. 2), de modo bastante objetivo, apresenta a política pública como “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Isto é, pode assumir as mais diversas formas, sendo decidida nas mais diferentes instâncias da sociedade, públicas ou privadas (WU et al., 2014). Outra definição para o conceito é fornecida por Souza (2006, p. 24), que sustenta que política pública é “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação”. Esta definição foca no protagonismo dos governos nos processos de formação das políticas e também na dimensão avaliativa, da análise da ação empreendida. Nas últimas décadas, essas análises precisaram incluir o estudo de novas formas de organizar e incorporar uma diversidade maior de atores e suas respectivas inserções institucionais (LIMA; D'ASCENZI, 2016).

Ao percorrermos as diversas definições apresentadas, é possível notar que todas convergem na percepção de que classificar determinada demanda social como um problema público pressupõe a construção e disseminação de determinada *interpretação* da realidade social. Apenas a partir desse processo cognitivo pode-se classificar uma dada situação como inadequada, distante da ideal, gerando implicações para os grupos sociais, que teriam direitos e obrigações modificadas. Janete de Azevedo (2004, p. 14) evidencia que “as políticas públicas, como qualquer ação humana, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do estado em que têm curso” e segue afirmando como as representações sociais predominantes fornecem os valores, normas e símbolos que abrangem as relações sociais e, por isso, se fazem presentes no sistema de dominação, atribuindo significados nas definições sociais da realidade que podem orientar os processos decisórios para formulação e implementação das políticas. Portanto, “um caso, ou uma conjuntura, só assume o caráter de problema público quando se torna assim reconhecido intersubjetivamente, passando a ser discutido pelos atores políticos interessados”

(LIMA; D'ASCENZI, 2016, p. 37). Com isso, o surgimento de novos agentes sociais passa a adquirir mais visibilidade, com redes de políticas públicas e organizações internacionais.

Por fim, é importante destacar os atores sociais como aqueles grupos e indivíduos, organizados ou não, formalizados ou não, mas que tem algum interesse na política pública, a ponto de motivar esforços para produzir, modificar e encerrar tais iniciativas. Frequentemente, os atores têm tendência a participar, direta ou indiretamente, dos processos de elaboração e atuação das políticas, dado que os resultados delas devem interferir em sua rotina. Assim, para identificar quais atores podem estar envolvidos em uma política específica, de uma forma simples e eficaz, é preciso observar quais grupos e interesses serão atingidos pelas decisões e ações que a compõem (RUA, 1998).

Políticas podem ou não serem alteradas, de acordo com as administrações de cada governo, mas, acima de tudo, podem ser entendidas, projetadas e analisadas de modos diferentes, segundo as teorias que as fundamentam. A paradiplomacia, aqui pensada em ações de relações e cooperação internacionais feitas por governos subnacionais, poderia contribuir para a criação e regulamentação de políticas públicas que fossem contribuir para o local. No entanto, é necessário pensar a construção de políticas públicas com um olhar para as necessidades de interesse sociais e com contribuições locais, levando em consideração a realidade internacional e como o ente subnacional teria responsabilidade em relação a isso podendo amparar à representação coletiva frente as relações internacionais. No capítulo seguinte, será feito uma identificação nas ações desenvolvidas por órgãos locais, visando a internacionalização de Sergipe.

CAPÍTULO 2 GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ÁREA INTERNACIONAL

Neste capítulo serão apresentados dados coletados, majoritariamente, através das entrevistas realizadas com o superintendente da FeCómercio, Mauricio Gonçalves; a Diretora de Serviços no Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Estudantil, Danielle Santos; o assessor internacional da Assessoria de Relações Internacionais do Instituto Federal de Sergipe; e em documentos do governo do estado, como os Planos de Desenvolvimento, a fim de fazer um levantamento das atividades e parcerias protagonizadas pelas interações ocorridas no governo visando o desenvolvimento local, adotando políticas públicas de internacionalização com o objetivo de fortalecer e facilitar a troca de experiência.

2.1 Internacionalização em práticas de comércio

O estado de Sergipe é territorialmente a menor unidade da federação, no entanto, não podemos desconsiderar a sua relevância e a possibilidade de atribuir à região capacidade de formular estratégias para o desenvolvimento de políticas, considerando que suas dimensões territoriais não implicam, necessariamente, menor atuação internacional no âmbito econômico.

Segundo Shapiro (1997, p. 7), no Brasil os programas que visavam apoio governamental às exportações não são uma novidade. Eles tiveram início na década de 1960, quando o país já vinha organizando esforços governamentais com objetivo de incentivar as exportações das empresas nacionais. Já em Sergipe, segundo a FIES (2005), o desenvolvimento da indústria teve início em 1922 e foi voltado para o beneficiamento na produção de algodão, óleos vegetais, couros e peles. Apenas em 1943 o governo estadual ofereceu incentivos fiscais para a instalação de novas indústrias. Essas políticas viriam a repetir-se nas décadas de 50 e 70 (VIANA, 2018).

O processo de mudança socioeconômica mais recente no estado ocorreu notoriamente a partir da década de 1970 e finalizou com um estímulo no setor industrial e de serviços, principalmente naqueles segmentos ligados à indústria extrativa e aos descobrimentos de petróleo na região,

A economia sergipana que nas décadas de 1970 e 1980 havia acelerado seu crescimento e passado por radical transformação na sua estrutura produtiva, com a implantação de grandes plantas produtivas de propriedade estatal para exploração de petróleo e para produção de fertilizantes nitrogenados e de potássio, desacelerou o crescimento nos anos 1990 e inverteu ao longo daquela década a marca de crescer sistematicamente acima das médias do crescimento regional e do país (PLANO ESTRATÉGICO GOVERNO DE SERGIPE, 2018, p. 24).

Segundo Ribeiro e Leite (2012), esse processo de transformação veio através da mudança do perfil agropecuário para a relevância industrial, através de mecanismo de incentivos fiscais e do

aproveitamento dos recursos naturais, o que acabou por definir uma nova etapa econômica na história do estado, diversificando as atividades produtivas e gerando novas oportunidades. O atual debate econômico credencia principalmente as seguintes áreas: o comércio exterior e a questão de minérios. Segundo o Boletim de Produção de Petróleo e Gás, da Agência Nacional de Petróleo e Gás Natural e Biocombustível, Sergipe está na 6ª colocação entre os maiores produtores nacionais de petróleo correspondendo a 10,9 milhões de barris, ANP em 2016 e 7º de gás natural, 949,2 mil m³, ANP em 2016, podendo-se destacar ainda a descoberta do Campo da “Barra”.

A integração da economia sergipana ao mercado externo vem aumentando e torna-se um desafio importante para os poderes públicos e agentes do setor privado, o que faz com que seja necessária uma configuração de um programa que ajude a evoluir gradualmente a presença dos seus produtos no cenário externo e que aumente a escala de produção e a dinâmica intersetorial no estado. É possível observar que as atividades produtivas locais apresentam sérios desafios na oferta de insumos aos setores produtivos da região. Esse fator é o que impacta novos projetos de investimento no estado, bem como o grau de desenvolvimento que poderia se consolidar na região (RIBEIRO; LEITE; 2012). Segundo Munduruca e Santana (2012), ainda que considerada uma economia pequena no âmbito nacional, Sergipe não tem conseguido fazer uso desse instrumento para aumentar seus indicadores de crescimento econômico; mesmo que tenha uma dinâmica de crescimento mais elevada que aquela observada em outros estados do país. Isso aumenta a possibilidade do estado em aproveitar o comércio exterior como fator adicional para motivar seu crescimento econômico. Silva (2004) defende a necessidade de relacionamento com o ambiente externo, anotando que a relação de dependência é inversamente proporcional ao tamanho da região. Além dos diferentes tipos de produtos que sempre estão entre os principais itens exportados, uma outra característica que se pode observar é que alguns destes produtos não demoram entre as principais mercadorias por algum tempo e, logo depois, perdem importância quanto ao montante gerado (MUNDURUCA; SANTANA, 2012).

Uma abordagem adotada pelo Governo de Sergipe foi a criação da Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe, CODISE, uma iniciativa que surgiu na década de 70 visando impulsionar a atração de investimentos nas cadeias produtivas de Sergipe, sendo então um dos primeiros estados a adotar essas medidas.

A motivação para adotar o planejamento territorializado é fruto do entendimento de que somente políticas transversais articuladas localmente são capazes de promover com efetividade o desenvolvimento econômico e social, notadamente nas áreas mais carentes de infraestrutura, de renda e de assistência (PLANO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SERGIPE, 2017, p. 21).

Um dos resultados dessa medida foi o Distrito Industrial de Aracaju, DIA, como um dos principais instrumentos utilizados pelo poder público para alcançar sua política de atrair investimentos para o território sergipano. Atrelado ao CODISE e com base na LEI Nº 3140, o Governo de Sergipe criou o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, PSDI, que visa estimular a economia com atração de novos negócios através de concessão de incentivos com o Fundo de Apoio a Industrialização. As principais áreas são: têxtil, vestuário e confecções; alimentos e bebidas; gás e petróleo; e indústria de cerâmica.

Um documento que pode ser utilizado para a análise dessas políticas é o Plano de Desenvolvimento Regional do Estado de Sergipe, PDR. O PDR Sergipe é resultado de uma parceria que se estabeleceu entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional (MIN) e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e das Secretarias de Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca e de Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia. Por fim, vale mencionar também, a nível estadual, a existência da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia do Sergipe e o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial, PSDI, que serviu para estimular a economia com o objetivo de atrair novos negócios, através de concessão de incentivos fiscais, locacional e de infraestrutura.

No que se refere à Cadeia de Petróleo e Gás do Estado de Sergipe, Farias e Santos (2006) apresentam a estrutura da rede de cooperação entre o setor privado e o estado, que resultou na criação da rede Petrogás em 2003 pela Petrobras e o SEBRAE/SE, visando a promoção e desenvolvimento econômico do estado por meio da integração de ações que visam inserir as pequenas e médias empresas sergipanas no comércio local, nacional e internacional do setor de petróleo. Segundo o Governo de Sergipe, a Cadeia de Petróleo e Gás envolve oito municípios sergipanos, que são eles: Aracaju, onde seria a cidade polo, Itaporanga D'Ajuda, Riachuelo, São Cristóvão, Santo Amaro das Brotas, Estância, Carmópolis e Japaratuba e possui 184 empresas associadas. Onde, três encontram-se atuando no mercado externo. No que se refere a Sergipe, devido a sua localização, todos os municípios recebem uma fatia ainda que pequena, da distribuição de royalties petrolíferos. Conforme informações disponíveis na Petrobrás, o campo de Carmópolis que foi descoberto em 1963 e está localizado na bacia de Sergipe/Alagoas é o maior em volume de recursos do país. Segundo a Época Negócios (2019), a Petrobrás descobriu em Sergipe que de seis

campos poderá extrair 20 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, o que também impactará o comércio local.

Para Feitosa (2018), a parceria da Universidade Federal de Sergipe com a Petrobras é de fundamental importância para contribuir com a ampliação da estrutura de ciência, tecnologia e pesquisa da universidade ao proporcionar a criação do Núcleo de Petróleo e Gás, que dispõe de modernos laboratórios para desenvolver novos projetos no setor de tecnologia em parceria com a Companhia e possibilitando a realização de novas relações com outras empresas do setor de petróleo. Turchi e Negri (2013) afirmam que esses projetos, possibilitam o aumento de competências científicas e tecnológicas não apenas nas áreas de engenharia de petróleo como em outras formas de energia, podem resultar em novos produtos e processos e novas tecnologias.

Assim, uma forma de internacionalizar Sergipe através da economia é com a exportação. Com um recorte temporal de 2000-2020, percebe-se que a pouca integração da economia sergipana ao mercado externo torna-se um desafio importante para os poderes públicos e agentes do setor privado. Como as atividades produtivas locais apresentam sérios desafios na oferta de insumos aos setores produtivos da região isso acaba impactando novos projetos de investimento no estado, bem como o grau de desenvolvimento que poderia se consolidar na região (RIBEIRO; LEITE; 2012).

Para Brito (1993), uma empresa quando firma a internacionalização como estratégia para se desenvolver, tem na exportação o modo mais direto de internacionalização de suas atividades. Durante muito tempo, a exportação foi ligada a empresas multinacionais que executavam atividades no exterior, mas estudos e autores mais recentes destacam outras formas de internacionalização que incluem intercâmbio comercial e comércio exterior nessa categoria (FRANCISCHINI; RIBEIRO; COSENTINO, 2008). Para isso, é importante destacar o terceiro setor, que vem passando por mudanças baseadas na inclusão de novas funções, sobretudo no setor de serviços. Contudo, é possível perceber também a entrada de capital internacional através de diversas modalidades de empreendimentos, como por exemplo do setor de redes de supermercados ou pequenas comunidades produtoras. Ainda que nos últimos anos a economia tenha apresentado significativos resultados, as condições sociais não têm acompanhado o mesmo ritmo e vêm registrando ainda baixos níveis de educação, saúde e de renda, o que implica em um restrito acesso a bens e serviços e, assim sendo, nos piores índices de desenvolvimento.

É neste aspecto que se apresenta a entidade escolhida como unidade de análise da pesquisa, a FeComércio - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe. Trata-se de uma entidade sindical de grau superior, que integra o Sistema Confederativo de Representação Sindical do Comércio, com um papel relevante no cenário de internacionalização de Sergipe.

Pelas informações disponíveis no site da entidade, é possível identificar 12 sindicatos que a integram: Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Sergipe, Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Estado de Sergipe, Sindicato de Comércio Atacadista em Geral do Estado de Sergipe, Sindicato do Comércio Varejista do Estado de Sergipe, Sindicato do Comércio Varejista de Materiais de Construção, Maquinismo, Madeira, Ferragens, Louças, Vidros, Tintas e Produtos para Pinturas de Sergipe, Sindicato do Comércio Varejista em Geral de Tobias Barreto, Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe, Sindicato dos Cabeleireiros e Similares Autônomos de Sergipe, Sindicato do Comércio Varejista de Artigos para Pesca e Camping de Aracaju, Sindicato dos Representantes Comerciais de Sergipe, Sinformática.

A entrevista foi realizada com o superintendente da FeComércio, Maurício Gonçalves (ver anexo 1). Ao longo da conversa, foi possível identificar ações que contam com a cooperação de empresas e países. Segundo Mauricio Gonçalves, a FeComércio busca, em acordo com sindicatos patronais, auxiliar nas áreas de exportação e importação das empresas do estado, sendo possível o acesso a uma cartilha para quem busca esse meio como desenvolvimento do seu comércio, tanto pequenas quanto grandes empresas. Nas questões de exportação, a FeComércio faz análise de possíveis cenários, faz a verificação na legislação tanto para quem está exportando, quanto para o país que o produto final chegará, ou seja, a FeComércio acaba sendo a interlocução do vendedor e comprador. Um ponto importante trazido na entrevista, foi a questão dos contêineres fracionados, Mauricio Gonçalves comentou que houve uma maior procura para a exportação após a liberação, com isso, pequenas empresas também conseguiam arcar com os custos. No caso de Sergipe, a utilização do terminal do porto, que está para ser privatizado, também fez bastante diferença.

O superintendente também contou das parcerias que a Fecomércio já possui e as que estão andamento. Observamos que existe uma parceria maior com os países asiáticos como China, não apenas na busca de compra e venda de matérias, como também no uso da região para plantações e compra de comidas processadas. No entanto, devido ao cenário atual de pandemia, observou-se a necessidade de buscar novas parcerias, por isso, houve uma aproximação maior com a Índia, que buscava terras para plantar feijão ou como o caso da Coreia do Sul, uma parceria que ficou mais próxima no ano de 2020 conta o superintendente.

Em uma escala menor, desde 2019 foi instalado em Sergipe o Programa de Qualificação para Exportação oferecido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, PEIEX ou Apex-Brasil, com um convênio com a Universidade Tiradentes, UNIT, como um projeto de extensão e tem como objetivo auxiliar as empresas brasileiras no início do processo de

exportação. O processo de atendimento do PEIEX se dá através de visitas às empresas que optam por exportar e o planejamento é feito sem custos. Apesar da sede da instituição ser na UNIT em Aracaju, todas as cidades e municípios do estado podem ter acesso ao Núcleo Operacional do PEIEX Aracaju (NOPA). Ao iniciar as atividades, o objetivo era atender 50 empresas multisetoriais no período de 2 anos, com a missão do programa de desenvolver a cultura de internacionalização junto às empresas. Segundo o jornal *Só Sergipe*, até o momento, pouco mais de 20 empresas conseguiram o certificado como potencial exportador.

Por fim, vale citar que uma outra entidade que cuida de projetos de exportação e importação, é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE. Apesar de fazer parte do Sistema S, o SEBRAE está associado ao setor privado, buscando auxiliar no desenvolvimento das micro e pequenas empresas. No que tange à área de internacionalização, o SEBRAE também atua fazendo projetos de forma gratuita ou com um preço menor para as empresas e microempreendedores do estado, mas também atua na área de formações com cursos que podem ser feitos de forma presencial ou online. Esses cursos compartilham cartilhas desde a explicação do que é exportar até o produto final. Mas, ao contrário das outras entidades citadas aqui, possui parcerias com o governo federal, onde disponibiliza um guia para exportadores iniciantes, abarcando a área de importação e como fazer investimentos.

2.2 Internacionalização em práticas de ensino

2.2.1 Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura – SEDUC e o Instituto Federal de Sergipe

No Brasil é a Lei de nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/96), que estabelece a finalidade da educação, como esta deve organizar, quais são os órgãos responsáveis pela administração, quais seriam os níveis e quais as modalidades de ensino, entre outros aspectos que definem e regularizam o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição.

A começar pelo ensino básico da rede pública, o órgão responsável pelo estado de Sergipe é a Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, SEDUC,

criada pela Lei nº 981, de 05 de abril de 1960, alterada pela Lei nº 2.608, de 27 de fevereiro de 1987, transformada pelo Decreto nº 10.301, de 27 de fevereiro de 1989, conforme autorização da Lei nº 2.703, de 17 de fevereiro de 1989, regulamentada pela Lei nº 3.373, de 31 de agosto de 1993 (SITE SEDUC, 2012).

Apesar de se mostrar bastante interessada pela implementação de ações de internacionalização, Danielle Santos contou na entrevista (ver anexo 2) que houve uma dificuldade em entender a diferença entre internacionalização e intercâmbio. Não existe nenhum responsável por esse tipo de política dentro da Secretaria, contando apenas com uma estagiária em Relações Internacionais, a aluna Paula Renata.

Em relação a Assessoria de Relações Internacionais do IFS visa o acompanhamento em programas e ações internacionais, acompanhado da Pró-Reitora de Pesquisa e Extensão, sendo composta pelo assessor Frederico Chaves Sampaio e atualmente pela bolsista Wellem Evangelista, aluna de Relações Internacionais. Na entrevista (ver anexo 3), Frederico relata que o IFS conta com parceria com instituto politécnico em Portugal, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Politécnico Castelo Branco, Instituto Politécnico Bragança e Instituto Politécnico Leiria, visando principalmente, as ações de dupla-diplomação, para alunos e servidores.

2.2.2 Universidade Federal de Sergipe – UFS

Universidade Federal de Sergipe, criada e mantida pela União sob a forma de fundação com a RESOLUÇÃO Nº 21/99/CONSU ANEXO Art. 1º A, nos termos do Decreto-Lei nº 269 de 28 de fevereiro de 1967 que integra o Sistema Federal de Ensino Superior, com foro na Cidade de Aracaju e atuação em todo o Estado de Sergipe.

Assim com o IFS, a UFS conta com uma assessoria de Relações Internacionais, no entanto, em um modelo mais amplo. A Coordenação de Relações Internacionais, CORI, tem como objetivo a promoção e a facilitação no âmbito internacional de interesse da comunidade acadêmica. Em sua estrutura conta com um coordenador, um técnico e um auxiliar administrativo e dois assessores linguísticos. Recentemente a CORI lançou Comissão Permanente de Internacionalização, Compin.

Por fim, o Inglês Sem Fronteiras, IsF, também está presente na UFS. Segundo Souza e Gomes (2018) o IsF surgiu como resultado da Ciência sem fronteiras “devido à constatação da baixa proficiência em língua inglesa dos alunos da graduação candidatos ao intercâmbio acadêmico oferecido pelo programa”. Os autores ainda destacam o resultado que o programa vem alcançando, segundo eles, em 2013, seu primeiro ano com o TOEFL ITP, foram ofertadas 320 vagas e todas foram preenchidas. O IsF também oferece pequenas oficinas, minicursos e aulas teste de nivelamento. No entanto, atualmente, os testes de proficiências foram cortados quase que por completo, devido as novas medidas adotadas pelo governo.

2.3 Internacionalização em práticas de Turismo

Para além de uma atividade econômica, o turismo é um efeito social que utiliza do espaço para transformar e reorganizar. O turismo, segundo Beni (2001), é uma atividade produtiva contínua, que gera renda e que se está submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais ramos e setores industriais ou de produção. No entanto, também provoca indiretamente repercussões econômicas em outras atividades produtivas devido ao seu efeito multiplicador.

No âmbito de internacionalização, Cunha (2001) explana o papel cada vez maior que o turismo desempenha como fator estratégico de relacionamento internacional, que pode construir um instrumento de relação dos Estados, ajudando no seu desenvolvimento econômico ou diminuindo desequilíbrios financeiros entre eles. Com isso, em muitos estados, como por exemplo Sergipe, nota-se a necessidade de elaborar políticas públicas para atender aos interesses dos turistas que visitam o estado, incluindo os estrangeiros.

A nível público, a responsável pelo setor de Turismo em Sergipe é a Secretaria do Estado de Turismo de Sergipe, SETUR. Institucionalizada a partir da Lei Nº 4.826, onde tem o propósito de projetar, organizar e acompanhar as políticas do Governo do Estado ao que tange o desempenho, a expansão, o desenvolvimento e planejamento das atividades de turismo. No entanto, segundo Souza (2014, p. 262),

em 2003, mesmo ano de criação MTUR é criada em Sergipe a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) sob a lei de nº 4.749 de 17 de janeiro de 2003, com a finalidade de conduzir as políticas públicas de turismo no Estado. Porém, em 2009, no momento de uma reforma administrativa, a secretaria foi extinta. Neste momento, a administração do turismo do estado ficou sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). Esta estrutura perdurou até o início de 2011, onde uma nova reforma administrativa recriou a SETUR através da lei de nº 7.116 de 25 de março de 2011 e atualmente a SETUR segue atuando em conjunto com a EMSETUR (SOUZA, 2014, p. 262).

Segundo Santos (2009), as áreas que estão associadas a patrimônio natural apresentam em sua extensão territorial, ecossistemas que consistem em cerrados, caatingas, mata atlântica, praias restingas e mangues, que estão ligadas a unidades de conservação e patrimônio histórico cultural. A quantidade de patrimônio cultural é significativa, principalmente quando se trata de São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do Brasil, também merece destaque o Centro Histórico de Aracaju, os Canyons de Xingó, o Parque Nacional Serra de Itabaiana e o Parque dos Falcões.

No âmbito privado, mais uma vez destaco a participação da FeComércio com a Câmara Empresarial de Turismo. Dentre as atividades que compõem a prestação de serviços, o turismo é a que se destaca de forma mais significativa, uma vez que se apresenta como um conjunto de atividades econômicas e sociais que interligam os fluxos de natureza diversa na conformação do espaço geográfico.

CAPÍTULO 3 QUADRO COMPARATIVO DAS DIMENSÕES ANALÍTICAS

3.1. Ações paradiplomáticas

Com base nos dados coletados e nas entrevistas, fica em evidência a necessidade de trabalhar com políticas públicas visando a internacionalização. Os governos também podem se envolver em compromissos internacionais com base nas suas competências constitucionais com educação e cultura. No caso de Sergipe, por exemplo, isso se expressa, nas propostas de intercâmbios de estudantes sendo formulado pela SEDUC e na elaboração de regulamentos de assistência a estudantes estrangeiros em suas universidades, como o CORI. Vale ressaltar que existe uma diferença entre essas ações: as secretarias estaduais fazem ações paradiplomáticas, enquanto a UFS e o IFS, fazem ações de internacionalização do território local, mas por um ente da administração federal. Existem mais ações paradiplomáticas na educação, como é o caso citado pela Danielle Santos, o projeto é um espelho do ‘Ganhe o Mundo’ implementando em Pernambuco,

Onde a SEDUC busca um projeto de internacionalização dos alunos da rede estadual, SEDUC tem um projeto de internacionalização que tá em fase de inscrita. Na verdade, ele foi escrito e encaminhado para a superintendência que é quem vai dar aval pra que ele seja de fato implementado (DANIELLE SANTOS).

A Secretaria ainda conta que há programas que possam ser institucionalizadas futuramente,

os programas de apoio e desenvolvimento e da cidadania e recentemente o superintendente, o professor Ricardo Santana, ele solicitou o que a gente pensasse em uma proposta de intercâmbio para alunos da rede, justamente por conta dos resultados da participação dos alunos em feiras, em eventos científicos fora de Sergipe (DANIELLE SANTOS).

Apesar de estar em andamento desde 2016, ganhou força em 2020, que resultará no Comitê de Internacionalização,

a partir da elaboração de um comitê de internacionalização envolvendo pessoas de diversos é, diversas entidades, diversos setores que possam contribuir pra que a coisa de fato aconteça, envolvendo um diálogo, a proposta de um diálogo com o curso de RI da UFS. Proposta de diálogos com a..., enfim, com outras empresas ou outros programas de intercâmbio (DANIELLE SANTOS).

Em relação a como o projeto se desenvolveria, Danielle Santos explicou que seria

“a proposta é que a gente envie 100 alunos, certo? 100 alunos das redes, aluno que estejam no segundo ano, porque no primeiro ano quando eles fizeram a matrícula na rede, eles vão optar por vão fazer né? O curso de idiomas, que são inglês e espanhol e serão ofertados em escola povos. O que são isso? Qualquer escola da rede pode ofertar aulas de inglês, certo? Aulas extracurriculares, aula de inglês voltada pra o intercâmbio mesmo pra você ter um aprofundamento na língua, inglês intermediário e avançado com conversação”. Como o projeto ainda está em fase de elaboração, Danielle Santos relatou que tem feito um levantamento da viabilização, “nós tivemos uma orientação na verdade em relação aos termos, aos contratos a questão dos serviços. A gente precisou dimensionar em rede como é que a gente

dava pra carga horária de professor, se a gente tem professor disponível, se a gente vai contratar a empresa, escola de idiomas”.

Por fim, o IFS tem focado em ações de dupla diplomação tanto para alunos quanto para servidores,

dupla diplomação entendemos que é uma forma que você pode contemplar toda comunidade interna. Quer dizer, você pode fazer mobilidade só para os alunos que é a grande maioria dos editais que ocorrem na rede é para voltado para os alunos. E eu acho importantíssimo! Só que os alunos eles chegam e vão embora, então é importante contemplar servidores, por que os servidores eles vão fazer e vão permanecer e vão qualificar mais a instituição. Então dupla diplomação vai englobar todo mundo porque os alunos vão, os professores também se qualificam”. Frederico relatou que há acordos com “a maioria dos acordos que nós temos aqui é com Portugal. Certo? Portugal foi o grande parceiro nosso, nós temos assim é... Em termo de cooperação com... Com o Instituto Politécnico do Porto, Instituto Politécnico Castelo Branco, Instituto Politécnico é.... Bragança, Instituto Politécnico Leiria, certo? Portugal é o nosso grande parceiro (FREDERICO SAMPAIO).

Além dessa faculdade, existe parceria ainda com a Faculdade de Lisboa e busca-se parceria com a Argentina. O trabalho da assessoria também foca nos docentes, é importante ressaltar isso. Frederico reitera a necessidade de ampliar essa rede, uma vez que os docentes continuam na instituição e os alunos visam ir para o mercado de trabalho.

Na parte econômica, o foco para internacionalização ainda tem mais relevância na área do comércio, seja no setor público ou privado. São essas ações que permitem que a paradiplomacia ganhe um maior destaque, pois visa a procura de parceria de novos países. Fica evidente a necessidade de atrair novos países, mas também habilitar os pequenos e médios comerciantes do estado. Um problema que pode ser observado é o fato de o estado não produzir de forma constante o mesmo produto, existe sempre uma alternância e isso dificulta que os estados estabeleçam um padrão de comprador. Apesar de não existir ações conjuntas entre o estado e a FeComércio, Mauricio Gonçalves reforça que essa deverá ser uma estratégia futura, pois será necessário um trabalho em conjunto.

O Sul Sergipano tem forte tradição industrial, porém possui também conta com uma expressiva atuação nas atividades rurais. É em torno da produção da laranja e mangaba que se observa toda uma rede de relações no território que vai da exploração agrícola, a industrial e de serviços. Com isso, pode observar que os municípios que compõem esse território apresentam características socioeconômicas que se assemelham pela sua diversidade produtiva própria da zona da mata e de áreas litorâneas, destacando-se na produção agrícola da laranja e do coco, que são usadas para produtos de exportação.

A área de Turismo é um pouco mais complexa. Quando procurada, a turismóloga Waleska Carvalho comentou que não há interesse em ações de internacionalização, que no momento, a

prioridade seria trabalhar a comunidade local para atender a demanda nacional. A FeCómercio, no entanto, “Turismo também, que a gente também chama de turismo e hospitalidade, então atendente, garçom, arrumadeira de... não sei se fala isso, mas arrumadeira de hotel”, conta Maurício quando questionado sobre os cursos que são oferecidos nessa área.

3.2 Verbas governamentais

O primeiro ponto em comum dos objetos apresentados é a divulgação em relação às políticas e projetos de Sergipe. Se tratando da economia, o estado oferece subsídios e apoio para pequenas e microempresas. É possível acompanhar pelo site oficial do governo do estado o passo a passo para o requerimento desse benefício, no entanto, não há nenhuma divulgação em relação a isso. É necessário que a pessoa interessada entre em contato direto com o site e vá até as agências direcionadas. Se tratando de auxílios, no portal da SEDETEC é possível identificar três: local, fiscal e de infraestrutura. Não é informado como é possível conseguir tais auxílios. Acerca da internacionalização, apenas fazendo buscas na aba de notícias é possível identificar ações do governo em relação a multinacionais, em grande parte na concessão de subsídios para a permanência dessas fabricas no estado.

Dentre as iniciativas de políticas públicas governamentais para estimular a internacionalização do estado, podemos citar o PSDI, que está ativo desde 1991 e que provê auxílio ao empresariado em três frentes, apoio locacional, fiscal e de infraestrutura. Além do PSDI, é possível citar também a Zona de Processamento de Exportação de Sergipe (ZEP-SE), destinada a instalações de indústria voltadas para a exportação, o Sedetec e a instalação de Distritos Industriais no interior do estado. Em relação à distribuição espacial da atividade industrial, o leste sergipano conta com mais de 50% das indústrias, concentradas na Grande Aracaju, além de alguns municípios que se destacam por setores específicos, como Canindé de São Francisco pela Usina Hidrelétrica de Xingó e Estância pelo ramo alimentício e de bebidas.

No entanto, com base na entrevista com o superintendente Maurício Gonçalves, a FeCómercio não recebe verba pública o setor privado

os convênios que a gente faz é com os institutos para apresentar esses produtos, mas nada com o setor público, de ter verba pública” e oferece outros auxílios com base em cursos, palestras, eventos “Nós fazemos convênios assim, vamos dizer, o tribunal de justiça tá fazendo um convênio para... para regressos através do SESC. Ele pode fazer um convênio, mas no geral a gente cuida, que não são os nossos braços operacionais, então... então cuida do serviço dos comerciantes, aí tem cinco grandes programas, aí tem academia, tem troféu, tem reação de alfabetização, tem a Mesa Brasil que é um trabalho sensacional que pega o alimento e leva para as pessoas que estão precisando e tem esse meio de campo. Ensina as pessoas aproveitar melhor o alimento do restaurante, do comércio, então é voltado para o comerciante (MAURÍCIO GONÇALVES).

O SEBRAE, por exemplo, oferece gratuitamente todo o planejamento de exportação para pequenos e médios agricultores. A PEIEX, oferece cursos e o certificado de exportador,

a PEIEX, tem um programa de auxílio ao exportador, a empresa importadora porque exportação e importação ele é ligado APEX, que é uma agência Brasil sei mais ou menos é mais ou menos uma derivação do Sistema S com agência Brasil, que cuida disso de exportação e também trouxe uma representatividade maior (MAURÍCIO GONÇALVES).

Essas instituições estão mais envolvidas em um grande número de atividades que visam promover o comércio, investimento e turismo, além de buscar oportunidades entre parceiros comerciais e de investimentos de fundos de organismos internacionais.

Na área da educação, como relatado por Danielle Santos e Frederico Sampaio, a SEDUC e o IFS não recebem nenhuma verba destinado para ações de internacionalizações ou para a assessoria de relações internacionais,

Assim, que chegue assim “olha vai tanto para assessoria”, pelo menos isso nunca foi passado [...] não nunca chegou assim “olha, Fred, para assessoria de relações internacionais vai um... um milhão para você administrar, fazer um edital”, nunca chegou assim para mim, entendeu?”(FREDERICO SAMPAIO)

Outro ponto é o turismo internacional, destaque em Sergipe, a exemplo do Parque dos Falcões, cuja porcentagem de visitantes estrangeiros é de 60%, ainda que não tenha estrutura apropriada para isso. Um outro problema em relação ao turismo, é a divulgação dos destinos. Grande parte da divulgação para turistas, fica concentrado na capital. Isso acaba excluindo produtos relacionados ao turismo, como as rendas irlandesas, a mangaba, cachaça e etc. Um ponto importante que merece destaque aqui, é o turismo no âmbito acadêmico. A UFS tem em sua grade a graduação em Turismo, e o IFS, que também conta com uma pós-graduação e já visa ações de internacionalização,

o curso de mestrado em turismo é no nosso, então assim, o turismo acaba se destacando por que você tem curso técnico na área de turismo, nós temos guia de turismo, nós temos curso superior tecnólogo, que é gestão em turismo e nós temos mestrado profissional de turismo. Então assim, a gente tá tendo um destaque bem interessante e o turismo também tá. A gente tá procurando para ser eles, para desenvolver a área de dupla diplomação (FREDERICO SAMPAIO).

3.3 A questão dos dados

A maior dificuldade encontrada para a elaboração desse trabalho foi a obtenção de dados. O governo pouco disponibiliza dados oficiais para consulta. Nos sites das Secretarias, as informações não são claras e acaba dificultando na hora de traçar as séries históricas para a pesquisa. É necessário, na maioria das vezes, pesquisar ponto por ponto. O mesmo acontece no plano do turismo, não há informações sobre ações do governo para a implementação de políticas públicas

visando a internacionalização, o acesso às informações é totalmente precário. Quando se procura no site da Secretaria, única ferramenta disponível, nada consta.

Considerações finais

Com base no que foi exposto, percebe-se a necessidade de ações de políticas públicas voltadas para a internacionalização do estado, políticas públicas estruturantes baseadas nas estratégias de participação e gestão democrática e voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população (RIBEIRO; LEITE; 2012). É possível identificar também, um afastamento entre as esferas. Analisando as entrevistas realizadas, não foi citada nenhuma ação em parceria com o público e o privado, ainda que ambas prestem a mesma assistência.

Observar os resultados econômicos do estado, comparando os cenários financeiros antes e depois das indústrias de instalarem e como isso afetou economicamente o estado. Se essas empresas trouxeram resultados negativos ou positivos para a população e para o estado. Buscando dados na estrutura industrial mais antiga, como no Programa de Desenvolvimento industrial, mesmo lançado em 1991 pode ajudar na pesquisa; A zona de processo de exportação de Sergipe; O parque de tecnologia e os distritos industriais. Coletando dados nessas áreas e analisar para saber o que resultou essas implementações, positiva ou negativamente.

Analisando os dados apresentados no capítulo anterior, é possível observar que o volume de exportações do estado também cresceu significativamente, sobretudo a partir de 2007. O valor das exportações entre os anos 2007 e 2012 foi superior a US\$ 682 milhões, contra US\$290 milhões entre os anos de 2001 e 2006. Em 2012, foram US\$ 149 milhões em mercadorias exportadas, valor equivalente a sete vezes superior ao registrado em 2001. Os sucos de laranja, calçados e açúcares são alguns dos destaques, sendo os únicos que se mantêm tanto no cultivo quanto na exportação.

No que diz respeito aos investimentos, mais da metade das indústrias já estabelecidas pertencem a empresas que apresentam bons resultados de desenvolvimento e demonstram interesse em expandir e realizar investimentos na mesma atividade que desempenha, como por exemplo, abrir filiais em outros municípios da região. Outro fato que chama atenção, é a procura e a venda das empresas locais para empresas internacionais, como foi o caso do Gbarbosa, vendido em 2007 para o grupo chileno Cencosud S/A. Vale ressaltar que a privatização de empresas como a Energisa afeta a economia do estado. Atualmente outras empresas como a Deso, o aeroporto de Aracaju, a Sergas e o Banese, sofrem com especulações de uma futura privatização.

Se analisarmos o desenvolvimento através dos anos de 1920-2000 e 2000-2015, vamos perceber a diferença. É relevante constar que vários fatores ajudaram e outros desfavoreceram o desenvolvimento, a tecnologia ajudou nesse processo, o fechamento do porto desfavoreceu. Entre a

década de 1920 até a década de 1960, a economia de Sergipe se manteve praticamente a mesma. A troca dos engenhos para usinas, a participação do algodão para a abertura das indústrias têxteis, que marcam até hoje como polo de crescimento econômico, o coco também merece destaque. Ao longo dos anos entre 2000-2008 a participação de Sergipe ficou entre 30% na participação local com as indústrias, um marco importante, para o menor estado do país. A partir de 2009 até 2015, a participação da indústria diminuiu para quase 20%, o que ainda é muito. A diminuição se dá pela forma como a economia vem mudando nacional e mundialmente. Houve um alto índice de empregos diretos e indiretos nas proximidades dos distritos indústrias, contando também com a ajuda na qualificação de mão-de-obra e investimento na infraestrutura das proximidades local e regional.

É de fundamental importância destacar como a descoberta do petróleo em Carmópolis que acarretou na abertura da Petrobrás em Sergipe afetou o estado. A reserva encontrada em Sergipe foi importante para a economia do país inteiro, por isso os investimentos de infraestrutura foram importantes para o estado. Foram criados empregos diretos e indiretos, e com a abertura dessa indústria, impulsiona também o setor de bens e serviços, resultado que também pode ser considerado com a abertura da Universidade Federal de Sergipe, cinco anos depois.

Por fim, as conversas com todos os entrevistados evidenciaram a necessidade de profissionais da área das Relações Internacionais. Nenhum dos órgãos apresentados tinha um profissional formado ou especializado nessa área. Na parte de educação, por exemplo, são professores da rede que ocupam esses cargos.

A coordenadora Danielle cita o exemplo da estagiária Paula Renata Silva, aluna do curso de Relações Internacionais da UFS. Foi com a ajuda da estagiária que Danielle compreendeu a diferença entre projetos que visam internacionalizar e fazer intercâmbio de alunos, “é importante contar essa história porque a gente pensa, a gente pode contar essa história antes e depois da chegada da Paula, como aluna estagiária do curso de RI e a pessoa que traz pra gente uma visão do processo muito mais especializada, muito mais voltada pra o que de fato é um projeto de internacionalização do que aquilo que a gente estava pensando em fazer que era somente uma proposta de intercâmbios e aí ela traz a proposta de internacionalização mesmo pra que a gente pense nesse processo com maior profundidade”. Não muito diferente, Frederico relata que conseguiu entender melhor a área de relações internacionais, após conversa com a bolsista Wellem Evangelista, também aluna de Relações Internacionais da UFS, “tem participado de tudo comigo. Wellem já participou de reunião com a reitora, já foi essa semana e já tem uma com o

procurador federal para semana que vem já, entendeu? E aí são essas reuniões, são esses diálogos com os gestores que você vai aprendendo como funciona, entendeu? Como funciona os trâmites que você tem que fazer, né?”.

Em um questionário aplicado aos estagiários e bolsistas, é possível observar as atividades praticadas por eles. Apesar de estarem ligados às partes administrativas, o trabalho desenvolvido foi mais amplo que isso. Desde participar de reuniões até ajuda na elaboração de projetos que visam a internacionalização. É possível observar também nas entrevistas, todos citaram a importância e destaque para a necessidade dos profissionais de Relações Internacionais nesses espaços.

Com isso, encerramos dando ênfase ao papel da UFS para a internacionalização do estado. Os pilares de ensino, extensão e pesquisa colocaram a universidade como uma das melhores do país e contribuíram para diversas práticas que geraram resultados para toda a comunidade, não apenas do entorno da universidade, mas de todo o país.

Referências bibliográficas

ALVES, Carlos Castro. **Comércio eletrônico e a influência no comportamento consumidor no turismo**. 2015. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2015.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica** In: Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos/ Naura Syria Carapeto Ferreira, Márcia Angela da S. Aguiar (orgs.). São Paulo: Cortez, 2001. – 2.ed. p.17-42.

BACIA de Sergipe e Alagoas. **Petrobrás**, c2021. Disponível em: <https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/bacias/bacia-de-sergipe-e-alagoas.htm>. Acesso em: 5 jan. 2021.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. **O Mundo Globalizado: Política, Sociedade e Economia**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini. Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo (org). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC, 2004. p. 21-48.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 2001.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 1, n. 45, p. 152-166, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2021.

_____. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRITO, C. **Estratégias de Internacionalização e Cooperação Empresarial**. Faculdade de Economia do Porto, Workink paper, n. 38, Portugal, 1993.

BURSZTYN, Ivan. **Políticas públicas de turismo visando a inclusão social**. 2005. 117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CAIXETA, Márcio Flávio. **O papel das organizações não governamentais na atuação do Tribunal Penal Internacional**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um mundo surpreendente. In: BARROS, Octavio de; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **O Brasil Globalizado: o Brasil em um mundo surpreendente**. São Paulo: Editora Campus, 2008, p. 31-79.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

CUNHA, Licínio. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Verbo, 2001.

DYE, Thomas R. **Politics versus economics: the development of the literature on policy determination**. Policy Studies Journal [online], v. 7, n. 4, p. 652-662, 1979.

_____. **Understanding Public Policy**. Phoenix: Pearson Education, 2013.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE. **Síntese histórica do desenvolvimento industrial do estado de Sergipe**. Disponível em < <http://www.fies.org.br/>>: Acesso em: 20 dezembro 2020

FEITOSA, Danielle de Souza. **Geração de spin-offs acadêmicos: o caso do Núcleo de competência em Petróleo, Gás e biocombustíveis de Sergipe (NUPEG-SE)**. 2018. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

FRANCISCHINI, A. S. N.; RIBEIRO, C. O.; COSENTINO, H. M. Internacionalização de empresas brasileiras: análise de micro e pequenas empresas. In: **ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS**, 5., 2008, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: 2008.

FROÍO, Liliana Ramalho. **Paradiplomacia e o impacto da alternância de governos na atuação internacional dos estados brasileiros**. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

FUGA, P. H. D. **Governos subnacionais e relações internacionais: o caso dos municípios brasileiros**. Revista Cippus, Canoas, v. 3, n. 2, p. 68-92, 2014.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HOCKING, Brian. Regionalismo uma perspectiva das relações internacionais. In: WANDERLEY, Luiz Eduardo; BARRETO, Maria Inês; MARIANO, Marcelo Passini; VIGEVANI, Tullo (org). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Editora Unesp, 2004. p. 77-108.

HÖFLING, Eloisa de Matos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Caderno Cedes [online], v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

JUNQUEIRA, C. G. B. **A inserção internacional dos atores subnacionais e os processos de integração regional: uma análise da União Europeia e do Mercosul**. 2014. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

KEATING, M. **Regions and the international affairs: motives, opportunities and strategies**. Regional & Federal Studies [online], v. 9, n. 1, p. 1-16, 1999.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. 3 ed. New York: Longman, 2001.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Análise de Políticas Públicas. In: FERNANDES, R. M. C.; HELLMANN, A. (org.). **Dicionário Crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, p. 35-82, 2016.

LOPES, A. O. B., TINÔCO, D. dos S., SOUZA, L. M. de. **Avaliação de políticas públicas de turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo**. Revista Turismo Em Análise, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 614-631, 2011.

LOURENÇO, Nelson. **Globalização e localização: O difícil diálogo entre o global e o local**. Mulemba [online], v. 4, n. 8, p. 17-31, 2014.

LOWI, T. J. **American businesses, public policy, case studies, and political theory**. World Politics [online], v. 16, n. 14, p. 677-715, 1964.

_____. The state in politics: the relation between policy and administration. In: NOOL, R.G. (org.). **Regulatory policy and the social sciences**. Berkeley: University of California Press, 1985. p. 67-105.

MELO, R. **Economia Sergipana Contemporânea (1970/2010)**. Editora UFS e Editora Diário Oficial, 2012, p. 359-384.

MORAIS, M. C. A. de. **Paradiplomacia no Brasil: uma abordagem sobre a inserção internacional de municípios paraibanos a partir do Programa Plano Diretor**. 2011. 125f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MULLER, P.; SUREL, Y. **Análise de Políticas Públicas**. Pelotas: UFP, 2002.

MUNDURUCA, Danilo Felipe Viana; SANTANA, José Ricardo de. **Comércio Exterior como Estratégia de Crescimento Econômico: Uma Proposta de Priorização de Produtos Exportáveis para a Economia Sergipana**. Revista Economica do Nordeste, Fortaleza, v. 43, n. 3, p. 611-630, 2012.

MUÑOZ, Alejandro Muñoz; PINTO, Fábio de Almeida; NASCIMENTO, Carolina Gomes (org.). **Plano de Desenvolvimento Regional**. Brasília: Editora IABS, 2017. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/PDR-SE-versao-web.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2021.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro**. Rev. Adm. Pública [online], v. 41, n. especial, p. 103-147, 2007.

NYE, Joseph. **O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

ONUKE, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. **Paradiplomacia e relações internacionais: a experiência de São Paulo**. Revista São Paulo em perspectiva. São Paulo, 2009.

PERPÉTUO, Rodrigo de Oliveira. **A cidade além da nação: a institucionalização do processo de internacionalização de Belo Horizonte**. 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

PETROBRÁS faz a maior descoberta desde o pré-sal, em Sergipe e Alagoas. **Época Negócios**, 26 jun. 2019. Empresa. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/06/epoca-negocios-petrobras-faz-a-maior-descoberta-desde-o-pre-sal-em-sergipe-e-alagoas.html>. Acesso em: 5 jan. 2021.

PLANO plurianual de Sergipe 2012-2015. **Biblioteca Digital do Planejamento**, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/handle/iditem/358>. Acesso em: 7 jan. 2021.

PRADO, Débora Figueiredo Mendonça do. **A atuação internacional dos governos subnacionais: construções conceituais, limites e contribuições para o caso brasileiro.** Revista Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 13, n. 3, p.137-168, 2018.

PRIETO, Noé Conago. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. In: VIGEVANI, Tullo et al. (org). **A dimensão subnacional e as relações internacionais.** São Paulo: EDUC, 2004. p. 251-282.

RIBEIRO, L. C. S.; LEITE, A. P. V. Estrutura econômica do estado de Sergipe em 2006: uma contribuição através da matriz de insumo-produto. **Revista econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 43, n. 4, p. 95-118, 2012.

RODRIGUES, Gilberto Antônio. Internacionalismo Municipal. In: RODRIGUES, Gilberto M. A.; XAVIER, Marcos; ROMÃO, Wagner de Melo (org.). **Cidades em Relações Internacionais: análises e experiências brasileiras.** São Paulo: Desatino, 2009. p. 35-46.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. **Para Aprender Políticas Públicas.** Volume I: Conceitos e Teorias. Brasília: IGEPP, 2013.

SANTOS, C. A. J. **Políticas públicas de turismo e reorganização do território no litoral de Sergipe – Brasil.** In. XIX Seminário Acadêmico da APEC: O Local, O global e o Transnacional nas Produção Acadêmica Contemporânea, 2014, Barcelona, p. 254 – 266.

SANTOS, Mary Nadja Lima. **Políticas territoriais do turismo: investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe,** Brasil. 2009. 265 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

SARAIVA, J. F. S. **Federalismo e Relações Internacionais do Brasil.** In. ALTEMANI, H.; LESSA, A. C. (org.). Relações Internacionais do Brasil: Temas e agendas. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2006.

SALÓMON, Mônica; NUNES, Carmen. **A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: Os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um Estudo comparativo de dois tipos de atores mistos.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, 2007.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SERAFIM, M.P.; DIAS, R. B. **Análise de Política: uma revisão**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 3, n.1, p. 121-134, 2012.

SERGIPE. **Lei n.º 3140 de 23 de dezembro de 1991**. Institui o Programa SERGIPANO DE Desenvolvimento Industrial-PSDI, cria o Fundo de Apoio à Industrialização-FAI, e dá outras providências. Aracaju: Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, 2017.

SHAPIRO, H. **Review of export promotion policies in Brazil**. 1997. Disponível em <<http://intl.lib.iadb.org/intal/catalogo/#page%3D70>>: Acesso em: 18 maio 2020.

SILVA, J. A. S. **O modelo da base econômica e o grau de endogeneização do desenvolvimento turístico**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 6, n. 10, p. 76-87, 2004.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: editora Cortez, 2011.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias [online], v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, A. P. R. de.; GOMES, R. B. **A internacionalização e o ISF-UFS: princípios e aplicações**. In: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA, 4., 2018, São Cristóvão, SE. Anais eletrônicos [...]. São Cristóvão, SE: LINC/UFS, 2018. p. 471-484.

TURCHI, L.; NEGRI, J. A. de. Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades e centros de pesquisa. In: TURCHI, L. M.; NEGRI, F. de.; NEGRI, J. A. de (org.). **Impactos tecnológicos das parcerias da Petrobras com universidades, centros de pesquisa e firmas brasileiras**. Brasília: Ipea, 2013. p. 267-319.

VIANA, Bablisa Layane de. **O processo de internacionalização em micro e pequenas empresas de Aracaju** – SE. 2018. Monografia (Graduação em Administração) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

WU, X.; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de Políticas Públicas: Gerenciando Processos**. Brasília: ENAP, 2014.

APÊNDICE I

Jessica: Boa tarde, Mauricio, tudo bem? Primeiro eu gostaria de agradecer por você ter aceitado conversar comigo. Pode começar se apresentando, falando um pouco do senhor.

Mauricio: Que isso, Jessica? O que você precisar, pode contar comigo. Bom, meu nome é Maurício tenho 55 anos. Sou formado primeiro em história, depois fiz administração, agora fiz MBA em marketing e estou terminando o MBA em marketing estratégico. Trabalhei muito tempo nesse sistema, nessa área de... área comercial de grandes empresas, cervejaria e alimentos e desde 2015 eu estou no sistema S, 2 anos no Sesc e estou há dois anos, desde 2017, na Fecomércio. Então só para fazer um apanhado Jéssica, a Fecomércio é uma federação que cuida dos sindicatos patronais. Você não, que você não trabalha, mas seu pai... de cada área ou de determinada empresa, ele é obrigado por lei, isso tá desde 1930 a recolher... recolher a participação do sindicato, quer queira quer não, sendo associado ou não. No caso do trabalhador, era descontado um dia do trabalho dele por ano e no caso das empresas você pagava em cima da quantidade de funcionários, isso é uma coisa que se tenta acabar muitos anos porque é uma... é uma... é até razoável, porque eu pago o sindicato e quero ir para o clube... aí eu quero ir para o clube, o cara só... só aceita tal clube, piscina que me dá esporte, convivência, festa e tal... então eu vou pagar, mas eu tinha direito a esse serviço e no caso da gente é obrigado. Não tem escrito isso nenhum lugar, então se acabou isso e agora a gente... é... a ideia é de 2020 para cá a constituição é outra a gente tem que ter realmente representatividade tem que ter produtos e serviços que atendam o associado e que a gente ocupe os mesmos espaços dele de sindicato representação laboral, representação patronal da classe por isso que você vai ouvir falar de entidade de classe, e aí porquê... porque tem classe patronal de farmácia, classe econômica de atacadista, classe econômica, assim como também na mesma proporção a classe profissional do trabalhador do comércio, trabalhador do atacado, categoria profissional de motorista e por aí vai... essa é situação do país atualmente. Bom, então nesse... nesse diapasão eu já gosto dessa palavra, viu? (risos) A gente começou a procurar, investigar e entender atrás de quê primeiro? De manter nossa representatividade por isso que você viesse do comércio, ela começou a aparecer mais na mídia, estamos tentando porque uma coisa assim e... não é simples né? Quando você tem que ser solução. A missão da Fecomércio é de precisamos ser representantes das nossas categorias, os nossos sindicatos e contribuir para o desenvolvimento do Estado de Sergipe. Então essa é a nossa missão. Temos uma visão que até eu, pelo menos, bota tempo de 2022 né? até 2022 a gente deve ser reconhecido como uma entidade que contribuiu para o crescimento do estado e ver nossos valores transparência representatividade contra pirataria diminuição de desencapar não tirar mais diminuir

racionalizar. Melhor dizendo, a gente saiu procurando um monte de coisa, tentando entender quais eram os pilares que a gente poderia ter, ia estar presente para esse desenvolvimento do... do Estado. Nesses Pilares a gente encontra a questão da... da importação e exportação que é... a gente tem inovação pessoal de informática, as leis... as leis dão para melhorar relacionamento dos trabalhadores. Nós temos a questão da pesca também que é uma linha que a gente trabalha com o terminal pesqueiro e aí a gente traz essa questão da exportação e importação, vamos entender esse ecossistema porquê... porque a gente tem atacadista que você... vou dar um exemplo, o pessoal do Peixoto aí, eles têm supermercado eles têm mercearia, mas ele também tem distribuidores atacado e distribuidores e muitas vezes atacadista distribuidora você faz o produto de fora do país e é necessário, porque o país não engloba... não é globalizado você traz a... a... de peixe vinham o que você precisar. E precisa ter capacidade de competitividade senão a gente fica sempre comprando de como a gente diria... de atravessadores, então ideia e sai assim todo mundo pode importar seja de 10 mil ao milhão de que maneira a gente pode importar melhor? E exportar também aí é um segundo momento né? Por exemplo, a questão de exportação, porque não exporta castanha do Carrilho é um exemplo para entender porque que a gente não importa nossa as nossas riquezas que nós temos aqui, como a Maratá da vida, corpo de produtos para melhorar nossa balança comercial até para... até quando você aumenta a exportação você ajuda na balança comercial. Nós temos um grande livramento um caminho para economia exportação... Exportação. Então a gente vai procurar leite, azeite, é as leis junto à Sefaz contato com pessoal do porto de Sergipe entendendo se o porto vai estar operacionalizando ou não e daí eu encontrei um pessoal de tapetes também, que a PEIEX, tem um programa de auxílio ao exportador, a empresa importadora porque exportação e importação ele é ligado APEX, que é uma agência Brasil sei mais ou menos é mais ou menos uma derivação do Sistema S com agência Brasil, que cuida disso de exportação e também trouxe uma representatividade maior. Nessa representatividade em Sergipe quem tá cuidando é UNIT, através da PEIEX. Então tens programa grátis para as empresas para capacitar do jeito que eu mandei na reportagem, né? Organizadas e aí a pessoa diz ah, mas para exportar... não importa bugiganga não para competir com os produtos da China. Digamos que um produto... produtos é... é... uma máquina... uma máquina para poder fazer melhorar... um... uma máquina para fazer radiografia, coisas que você procura para gerar competitividade assim como outros países e aí a gente fica trazendo tudo de São Paulo ou enfim... e aí é nessa linha que eu entrei nesse mundo de importação, exportação, isso em uma consultoria em Alagoas foi isso que você viu a câmera... a câmera deve ser o último movimento que nós fizemos que é um assunto que a gente já trabalha há quase dois anos até 2 anos. Não... até um ano, né? Essa... essa consultoria exportação e importação da Fecomércio

Alagoas e a gente trouxe para cá. Daí a gente fez acordo com a fazer uma câmara brasil-china aqui regional Sergipe, mas aí quando a gente viu na pandemia foi interessante. Quer dizer, só fazer Brasil-China, a gente fica muito condicionado a China. E aí com esses problemas tem um dia que isso não é ruim e nem bom, você fica muito direcionado. Então qual foi a ideia para uma câmara de negócios internacionais? Vê que foi mais um passo, por que primeiro a gente queria abrir uma câmara de importação e exportação, só que dá mais com o pessoal da Índia que estava procurando terra aqui para plantar feijão e que precisa de muita comida lá. Então é mais do que o só comprar e vender, que abriu um negócio, que você consegue um leque maior de abrangência de trazer empresários. E aí foi quando a conversam, e mandei webinar, né?

Jessica: E como foi esse processo?

Maurício: O André Luiz André que é esse nosso... Ele já era mais de 20 anos de nessa linha de comércio internacional, aí ele traz o pessoal da China que a gente tem parceria pessoal da Coreia, que já teve aqui em 2018, dos Estados Unidos, da Argentina... em Sergipe existem... aqui quando você olha para o Brasil é igual quando você olha para os Estados Unidos, o cara só olha para Nova York, porque depende do que parece muito, mas quando você olhar... quando o americano olha para o Brasil eles olha Rio de Janeiro, se um cara do Sul olha para o nordeste olha Bahia e Pernambuco, talvez agora Ceará, mas isso aí... e aí Sergipe “estou aqui... estou aqui... existe, estou aqui”, então não adianta a gente pensar em grandes negócios, em negócio pós, ainda não. A gente nem tem base ainda, nem tem estrutura, nem capacidade de logística, mas vamos construir, estamos construindo então quando a gente tem uma câmara e a câmara de Alagoas nasceu primeiro o que é efetivamente é um início e o start mesmo, né? para aproximar o comprador do vendedor ela não... não Visa lucro. A pessoa vai lá da empresa x, tipo a Maratá se associou, colocou os produtos, deve estar... deve tá mandando produtos para China agora. Se o cara tá escolheu e mandei essas ciências para ver se lá já era negócio, se for gerar... gerar negócios, então a gente tem negócio. A ideia da gente enquanto fazer ação, a gente tem essa credibilidade, porque quando a gente pega qualquer coisa para agenciar a gente analisa, verifica para ver se tá tudo dentro dessas leis. Quando a gente coloca no mercado, para se dizer você já está validado... validado pelo presidente, validado pela diretoria, a gente cria essa relação. Mas (risos) porque isso? Você cria também a federação do comércio, que é uma entidade de classe. Então ela tem interlocução que precisa ter. Interlocução com prefeitura, com o governo, independente de quem esteja. Então assim, o fato dele ser deputado federal [está falando do André Luiz], aí a gente separa aqui, né? Ele é deputado federal, tem a atuação política dele, mas também ele em quanto tempo estado Federal e presidente da federação. Então sua atuação de

política classista, política voltada para classes econômicas das categorias profissionais, aí quando a gente precisa realmente tem uma pauta que... que leve... leve a prefeitura para o governo seja lá quem esteja, a gente precisa ter essa interlocução e o deputado federal abre a mente, ajuda. Então não é só aquela questão interna, como também a interlocução em Brasília, porque a gente... a gente cuida de lei de... De ir atrás de uma série de governos, então o importante é o deputado federal nesse sentido, é importante e fundamental e a gente como instituição as nessa linha. Foi por isso que a gente tá nessa batalha ainda. Ufa! Ajudou?

Jessica: Eu tenho... posso perguntar algumas coisas?

Mauricio: Lógico a gente tá aqui pra ajudar, pode perguntar tudo o que você quiser!

Jessica: O senhor comentou dois países, China e Índia, como exemplo. Tem outros países que já tem alguma parceria efetiva?

Mauricio: Coreia do Sul. A gente já tá fechando uma parceria com a Coreia do Sul porque o presidente da Câmara Coreia do Sul Brasil, que mora em Curitiba. hoje, né? Tá se mudando. Ele teve aqui em 2018 ou... em 2018... em Sergipe, fez uma amizade com ele, e aí 2019... quando foi 2020, eu vi na CNN falando sobre Coreia do Sul e o impacto do covide, e liguei para o Pablo e aí apresentei já a câmara e já fez um acordo. A gente tá indo para Coreia agora, claro que a pandemia atrapalhou tudo e lá... ele vai ser a ponte de negócio. Então a gente leva para ele os pontos e os produtos, digamos “a Jéssica tem uma fábrica de coco”, tem aqui você, dar baixa, olha toda documentação e aí tem outro detalhe que é importante da câmara, caso a fábrica ou a pessoa que exportar e não ter... a capacidade, também entre a documentação naquela performance do dólar, toda consultoria serve para isso e ele tem a PEIEX, que pode se capacitar fazer capacitação, e deixar preparado para exportar ou para importar, para entender de tributação, de linhas aí tem todo o movimento de nesse sentido.

Jessica: E aí vocês trabalham com... desde pequeno até o maior?

Mauricio: Isso! Exatamente! Do pequeno até o maior, quem tiver capacidade de exportação.

Jessica: É só procurar a Fecomércio?

Mauricio: Procura-se a Fecomércio e a gente indica. Porque isso antigamente foi um paradigma que ficou muitos anos, que a gente precisava importar, que exportação é só para grandes empresas, né? Que grandes coisas, grandes empresas, até determinado momento de um país era isso, depois a lei mudou. No seguinte, eu posso trazer container fracionado, ou seja, eu posso colocar um

container lá diversos CNPJ e vários produtos diferentes. Foi dado essa liberação e necessariamente ter um container de cada coisa viabilizava a exportação, então isso foi muito bom, tá sendo. A gente tá aproveitando isso! Claro que contou do paradigma de documentos que precisa ser um pouquinho mais explicando as pessoas que é possível, que é importante importar. Eu vou dar um exemplo, a feira Ferreira Costa quando chegou aqui... o Ferreira Costa chegou e trabalha com um monte de produto importado, né? Tem um exemplo que eu gosto de dizer, que é carro de mão. Carro de mão... carro de mão, esse não tem marca, ele tem qualidade e que seja tradicional e a pessoa tem uma fábrica na Holanda ou na China que fabrica aquele carro de mão e entrega para gente aqui, com uma possibilidade de entrega ele compra o carrinho de mão e vende, então. Entendeu? A margem dele, de quem que a gente chama de margem de contribuição depois que vende tudo do produto ele aumenta. A tinta não, a tinta Coral, por exemplo, eu vou comprar a tinta Coral, mas digamos, uma utilidade doméstica, uma concha. Você chega lá no GBarbosa, vê lá como tem vários produtos, têm lá made in china, mas por que que a China fez isso? Ha 20 anos atrás a China começou a botar uns... 30 anos... mas 20 anos que tinha que a gente ficou forte, aquele competindo no mundo. Começou a fabricar de tudo e mandar para todo mundo, principalmente coisas baratas, só que eles foram crescendo em qualidade e hoje eles fabricam de tudo que você quiser, de 100 até um milhão. Assim, eu quero... eu quero... eu quero um iPhone por R\$ 100 eles fazem igualzinho. Se vai prestar ou não? Mas então é nessa linha. Claro a gente tá exagerando criando, mas é mais ou menos nessa linha, eles vendem... eles vendem saldos grandes e por que eu falo a China? Porque você na área comercial... você tem que ter um viés de comércio, então onde é que eu posso comprar melhor? Então eu preciso comprar melhor para vender melhor, mas eu preciso também desenvolver minha indústria aqui. A gente tá fazendo um movimento bem interessante de mandar produto para China porque um milhão e 400 milhões de pessoas precisamos de alimento... de alimento e quem tem alimento? O país, mas qual é o grande trabalho que a gente tá tentando fazer assim aos pouquinhos é alimento processado, realmente ter participação neste volume de importação e exportação que é importante para as pessoas e o país e para nossa economia também. Pode perguntar mais (risos)

Jessica: Com o setor público ou não tem nada assim? Eu não sabia que a Fecomércio era um órgão privado, eu achava que era do setor público. Acabei descobrindo depois que comecei a ler e pesquisar. Vocês têm alguma parceria, edital, convênio ou alguma parceria com o setor público?

Maurício: Não! Nós fazemos convênios assim, vamos dizer, o tribunal de justiça tá fazendo um convênio para... para regressos através do SESC. Ele pode fazer um convênio, mas no geral a gente

cuida, que não são os nossos braços operacionais, então... então cuida do serviço dos comerciantes, aí tem cinco grandes programas, aí tem academia, tem troféu, tem reação de alfabetização, tem a Mesa Brasil que é um trabalho sensacional que pega o alimento e leva para as pessoas que estão precisando e tem esse meio de campo. Ensina as pessoas aproveitar melhor o alimento do restaurante, do comércio, então é voltado para o comerciário. Isso... isso também para o público em geral. E o Senac, que é aprendizagem e começo, então você chega lá, tem 180 cursos voltado para entender o comércio subsidiário e aí é que é interessante, você paga um curso subsidiário e depois você vai se preparar para ir para o... para ir para trabalhar no comércio de bens e serviços e turismo. Turismo também, que a gente também chama de turismo e hospitalidade, então atendente, garçom, arrumadeira de... não sei se fala isso, mas arrumadeira de hotel. Enfim, tem toda uma gama de produto de cursos e serviços, que é voltado para... o para o comerciário então a gente... os convênios que a gente faz é com os institutos para apresentar esses produtos, mas nada com o setor público, de ter verba pública. As pessoas confundem. Eu também quando cheguei aqui em 2015, eu também achei que era público, porque... porque esse dinheiro que eu falei a você que recolhe da folha salarial do empregador, seja ele do comércio ou da indústria da agricultura, ele vai para receita Federal por via INSS, que é bom dizer, o INSS tira a parte. Em um para central, para operar e ele devolve para o sistema, aí é que o sistema faz a partir a partilha, aí como vem de lá do público o governo enxerga que desde muitos anos tem uma briga grande da gente. Poder público de ter as verbas e que as verbas sejam vistas de qualquer maneira, tanto Sesc, quanto Senac, quanto Senai, Sebrae. Foi EM 2008 mais ou menos... foi o que... ele tem que fazer licitação, o que a licitação? É a forma de compra, quando você abre oportunidade para todo mundo, é tipo uma uma... uma compra pública, você não pode comprar... digamos que você quer comprar uma unidade de hotel, eu não posso comprar uma unidade de hotel. Eu tenho que comprar as especificações, que aí eu abro para todo mundo, então mesmo a gente tendo verba privada, o na época o supremo tribunal Federal entendeu que como o imposto que é imposto realmente cobrado tem que ter licitação, aí você tem auditoria. Quer dizer, a diretoria... temos auditoria interna também, que a gente cuida para ver se tá todo mundo cuidando do patrimônio, você ver aí de vez em quando estourando um escândalo aqui outro ali, mas são..., mas são muito pontuais. A FeComércio do Rio de Janeiro... se bem que o Rio de Janeiro é um problema em todo lugar, a Fecomércio não seria diferente (risos), infelizmente. Tá, mas é na Fecomércio do Rio de Janeiro, mas não são todas as federações. São unidades independentes, assim como o Sesc é uma unidade independente. Claro, ligado ao nacional. Recebemos do nacional, mas com uma, mas temos autonomias regionais.

Jéssica: Qual é o... qual é o setor que mais investe? Tecnologia? Alimento? Agricultura?

Maurício: Aqui em Sergipe, atualmente, investe assim para poder... aqui... olhe aqui, eu acho que é agricultura. Nós temos uma situação interessante, a indústria ficou hoje melhorou bastante, há dois anos atrás quando era secretário de tecnologia, hoje melhorou, ainda conseguimos atrair... eu vou dar um exemplo, quando você fala lugares que também acaba encabeçando aqui, a situação legislativa aqui preciso de leis que mudem, melhorem... a gente usa uma... um produto nosso, que tá saindo do nosso subsolo e que a gente consiga capitania, ele realmente é de Sergipe, seja estado do gás, mas é mudança para o Brasil, né? Se o Brasil consegue fazer essa mudança, se Sergipe tem esse... Sergipe e o espírito Santo tem essa riqueza de gás, a gente consegue ajudar e ao mesmo tempo a agricultura que a agricultura de base, então no polo onde sistema de Carira, essa região agricultura nesses últimos anos cresceu demais. Nós somos o 4 maior produtor de milho do nordeste, porque... porque foi investimento em tecnologia, ainda tem muito que se fazer, mas... mas já tá bem avançado e aí quando a gente naquele momento ainda é um produto, então é uma categoria que sustenta o país, só que a gente tem um problema de, por exemplo, logística. A gente não tem onde... a gente não tinha, mas agora está melhorando estrada para poder... para poder resolver. Não tínhamos um aeroporto, o porto agora que talvez a gente tenha, talvez consiga usar o porto. Ele era da Petrobras, então ficou coisa privada, então ele não abria para operar nada, só as coisas que vinham para fazer, infelizmente. E aí eu estou falando nem em vies ideológico, é um fato mesmo, né? de tudo que a gente viu. Muito desvio de dinheiro, viabilizou a operação da face e ela foi vendida, graças a Deus! Porque é importante, na realidade você ainda tem fertilizantes, aí amônia e ureia que é usada em fertilizantes. 70% do mundo precisa de produto e a gente estava exportando produto em vez de importar, a gente tem essa riqueza aqui. A mesma coisa do gás. Para você ter uma ideia, a gente tem uma ideia de gás tão grande. Jéssica, no ano 2000 que... que aconteceu a sinalização, acha que fez um investimento que o Brasil... fez investimento no... na Bolívia que tem muito gás. Na Bolívia né? Gás da Bolívia, nós chamamos das Ball, que traz gás do Brasil mais ou menos 20 mil Hector... Hector... Hector... não é um desvio para gás 20.000 por dia, 20 milhões de coisas por dia... por dia... os blocos que foram descobertos aqui em Sergipe não é de agora, agora não. É esse caso da Petrobras pegou uma parte da questão, pegou outra, tem capacidade de produzir 30 milhões por dia aqui na costa de Sergipe. E aí, qual é a vantagem que a gente tem de estrada? Nós vamos ter... quando você puxa, nós estamos a 80 km da Costa. Para poder buscar o gás o mais perto que tem no Brasil que é no Rio tá 150 km, então se uma empresa que vinha investir, vai vir gente investir, ele vai pegar o que esteja mais perto muito melhor. Outra coisa também que eu gosto de falar Sergipe, ele tem uma situação muito privilegiada. Se você pegar Sergipe, fizer um arco de 500 quilômetros no Nordeste, 500 km você vai ter 20 milhões de pessoas

nesse arco, então é o comércio... é bom para o comércio que você consegue trazer produto para exportar, mandar produto, mandar gás para as fábricas interiorizadas. Tem estrutura para melhorar a vida das pessoas de gás. Um ambiente que seja favorável para poder investir, e aí começa a produzir. Por isso a gente acaba se envolvendo também, porque apesar de ser um setor secundário, né? e primário, mas todos acabam no comércio, então precisa entender também de que maneira a gente vai... por isso que eu digo redação de internacionais eu falo com os meninos, não é só para pensar em viajar não.

Jessica: Bom, então é isso. Queria agradecer mais uma vez pelo seu tempo e disposição em conversar comigo.

APÊNDICE II

Essa entrevista aconteceu pelo WhatsApp. Eu mandava as perguntas e a Danielle respondia por áudios.

Jessica: Oi, Danielle! Primeiro eu gostaria de agradecer por você ter tirado um pouco do seu tempo que está tão corrido, para responder as minhas perguntas. A senhora pode começar se apresentando, falando um pouco sobre o seu cargo e o que faz na secretaria.

Danielle: Meu nome é Danielle Virgínia Santos Guimarães Marinho. Eu sou professora de Artes da rede pública estadual da educação. E atualmente estou ocupando o cargo de diretora de serviço no Serviço de Apoio ao Desenvolvimento Estudantil, SEADE, que faz parte do DAS, que é o Departamento de Apoio ao Sistema Educacional.

Jessica: Tudo bem! Vocês têm algum projeto com foco internacional?

Danielle: É, nós no SEADE temos um projeto que é um projeto de internacionalização da rede. Continuando, a SEDUC tem um projeto de internacionalização que tá em fase de inscrita. Na verdade, ele foi escrito e encaminhado para a superintendência que é quem vai dar aval pra que ele seja de fato implementado. Esse projeto é um projeto que começa a ser idealizado em 2016, na época houve a criação da assessoria Internacional e aí eu vou encaminhar pra você os documentos da portaria que cria essa assessoria... É... É... ela foi criada durante a gestão do professor Jorge Carvalho do Nascimento como secretário do estado da educação com a finalidade de mediar os programas de estímulo a cidadania que tem como alvo né? como público-alvo os estudantes da rede, então... a ideia era em um setor, a criação de um setor que pudesse abrigar as coordenações do PJB, que é o Parlamento Jovem Brasileiro, o JS que é o Jovem Senador, o JE que é o Jovens Embaixadores. Enfim, todos esses programas que são voltados para a juventude matriculada e que frequenta regulamente a escola. E aí, dentro dessas ações a gente, a gente não né, porque eu não fazia parte (risos) mas estávamos enroladas e planejando as ações de intercâmbios a partir da observação do que vinha acontecendo em Pernambuco. E aí começaram os estudos para que a SEDUC pudesse desenvolver um programa de intercâmbio e não um programa de Internacionalização. É e aí o pessoal que fazia parte da comissão da assessoria Internacional viajou pro Pernambuco, conheceu o pessoal de Pernambuco que fazia parte do Ganhe o Mundo, é Rita Ceclar, Danielle, enfim e, é... teve uma espécie de workshop pra aprender como funcionava o projeto. Então eles voltaram, isso ainda em 2016, eles voltaram pra Sergipe, mas não conseguiram, embora eles tenham é... inscrito uma minuta, isso tenha tramitado pra procuradoria Geral. Inclusive

com o parecer favorável. Depois da análise deles de viabilidade da liberação do orçamento, quando esse processo chega na secretaria de governo ele, ele... não é que ele foi arquivado, mas foram pedidas explicações e ele acabou ficando travado e não andou mais. Mas a gente já tinha um parecer positivo na PJE, então o quê que acontece: agora na gestão do professor Josué, é... existe a criação, a reformulação em toda a secretaria e a criação de um serviço é... específico para a supervisão de projetos educacionais, projetos escalados. Dentro desse serviço que recebe, recebe a cunha de serviço de apoio ao desenvolvimento estudantil, a ideia de desenvolvimento ela é interpretada de diversas, em diversos âmbitos, em diversas esferas e aí esse desenvolvimento estudantil passa todo o apoio as atividades extracurriculares. Porque a gente acredita que essas atividades elas podem contribuir sobretudo a formação do aluno, integral do aluno e cidadão e aí nós temos esse processo a junção do que era a assessoria internacional e um núcleo de projetos criativos e inovadores. Então a gente acabou aglutinado as atividades de mediação né? Dos programas de apoio e desenvolvimento e da cidadania e recentemente o superintendente, o professor Ricardo Santana, ele solicitou o que a gente pensasse em uma proposta de intercâmbio para alunos da rede, justamente por conta dos resultados da participação dos alunos em feiras, em eventos científicos fora de Sergipe né? Da projeção da participação desses alunos. Então, é, com esses destaques a gente acabou vendo a necessidade e a possibilidade de pensar de pegar esse projeto que já existia lá de 2016, aprimorar esse projeto, atualizar os dados e, é, e colocar coisa pra funcionar de fato. Implementar um projeto, um processo... um projeto de internacionalização dentro da Seduc, e aí a participação... e importante contar essa história porque a gente pensa, a gente pode contar essa história antes e depois da chegada da Paula, como aluna estagiária do curso de RI e a pessoa que traz pra gente uma visão do processo muito mais especializada, muito mais voltada pra o que de fato é um projeto de internacionalização do que aquilo que a gente estava pensando em fazer que era somente uma proposta de intercâmbios e aí ela traz a proposta de internacionalização mesmo pra que a gente pense nesse processo com maior profundidade.

Jessica: Mostrar essa diferença entre intercambio e internacionalização é importante, né? Vocês pensaram em algo a partir disso?

Danielle: A partir da elaboração de um comitê de internacionalização envolvendo pessoas de diversos é, diversas entidades, diversos setores que possam contribuir pra que a coisa de fato aconteça, envolvendo um diálogo, a proposta de um diálogo com o curso de RI da UFS. Proposta de diálogos com a..., enfim, com outras empresas ou outros programas de intercâmbio. E aí a gente começa a..., a gente começou esse processo fazendo uma reunião com o pessoal de Pernambuco,

eles explicaram pra gente todo o funcionamento do programa lá e a gente viu quão grande é a estrutura pra manter, pra fazer acontecer. Nós tivemos uma orientação na verdade em relação aos termos, aos contratos a questão dos serviços. A gente precisou dimensionar em rede como é que a gente dava pra carga horária de professor, se a gente tem professor disponível, se a gente vai contratar a empresa, escola de idiomas pra que elas né?

Jessica: Quais serão os próximos passos?

Danielle: O primeiro é o comitê de internacionalização, o segundo processo é, a... a concepção na verdade, o funcionamento de um centro de idiomas híbrido com aulas presenciais e com aulas virtuais e a terceira parte é o intercâmbio. Então como está em fase de projeto ainda embora ele já esteja escrito, já tenha sido enviado pra análise da superintendência a gente tem, e se você quiser eu até posso mandar pra você a minuta, pra você dá uma olhadinha. Inclusive já com a divisão das pessoas que podem compor esse comitê de internacionalização, das entidades, as propostas de intercâmbio em férias ou intercâmbio por semestre. Enfim, eu posso encaminhas pra você, pra você dar uma olhada. Lembrando que é uma minuta né? Que não é algo que... É algo que está tramitando, não é algo que está definindo na secretaria porque existe a possibilidade que isso entre no orçamento de 2021. Mas com essa retomada das atividades a presenciais, os outros processos acabaram né? Ficando um pouco mais lento porque temos outras prioridades nesse momento, então ele está em análise ainda.

Jessica: E como vocês pensam em viabilizar isso?

Danielle: A proposta é que a gente envie 100 alunos, certo? 100 alunos das redes, aluno que estejam no segundo ano, porque no primeiro ano quando eles fizeram a matrícula na rede, eles vão optar por vão fazer né? O curso de idiomas, que são inglês e espanhol e serão ofertados em escola povos. O que são isso? Qualquer escola da rede pode ofertar aulas de inglês, certo? Aulas extracurriculares, aula de inglês voltada pra o intercâmbio mesmo pra você ter um aprofundamento na língua, inglês intermediário e avançado com conversação. E aí eles vão estudar dois semestres intensivos e aí qualquer escola pode ser uma escola polo, pode ser que a gente consiga fechar uma turma para que o professor consiga oferecer aula específica e se a gente não conseguir fechar escola, não conseguir fechar a turma em uma escola a gente pode juntar a turmas em uma escola mais próxima pra que a ideia seja que todo mundo do estado tenha acesso em seu município. E aí é... a partir desses estudos serão feitas avaliações por comissões, comissões de expertiz e tal. Pra que eles é... os alunos que tiverem média acima de 7, sejam alunos prováveis intercambistas. Então a gente ainda não tem uma noção de quantas vagas vamos oferecer pra escola, ou enfim, como isso

vai organizar. Mas a proposta inicial é essa, que é bem parecida com o que tem em Pernambuco, mas adaptada pra nossa realidade né? E aí a partir daí selecionado os melhores 100, com melhores desempenhos. Esse 100 aluno é quem passa para a fase do intercâmbio, dará durante o segundo ano do período letivo deles. Então o que a gente ainda tá discutindo? A gente ainda discuti, a partir da viabilidade da proposta dado que a gente parte pra proposta do comitê, porque aí o comitê vai encaminhar as propostas pra o conselho estadual da educação. O conselho estadual da educação precisa pensar no sistema de validação dos estudos que são desempenhados fora do Brasil pra que isso não afete a vida do aluno aqui. Tem uma série de questões maiores que são envolvidas aqui e isso a gente só foi descobrindo a partir do momento que a gente foi entendendo o que de fato é um processo de internacionalização. Que ele é muito mais profundo do que você encaminhar turmas pra encaminhar fora do país, serem recebidos pelas famílias ou universidade. Eles voltam daqui a 2, 3 meses né? A gente precisa pensar em tudo, desde o bem estar psicológico desses alunos e dessas famílias, de todas as... as com toda sua diversidade possível, até o bem estar financeiro né? então assim, a secretária precisa do suporte e pensar em como agir com esses alunos.

Jessica: E para professores? Vocês têm algum projeto? Já existe alguma bolsa, algum incentivo?

Danielle: O... a Superintendente tem uma vontade de fazer também um intercâmbio pra professor né? existem os projetos que a gente tem parcerias que é PDPIIS, e a gente sempre encaminha, a gente não, mas a secretária de educação sempre. A gente faz a divulgação e eles se inscrevem e são selecionados, são programas em parceria com o Canadá, o FUBRAIT. E eles vão com FUBRAIT, eles vão passar um tempo lá e retornam. Geralmente seis meses, um mês, depende do programa.

Jessica: Vocês possuem parceria com algum país?

Danielle: A... e aí a gente não tem parceria com nenhum país, a gente tem conversado com o Canadá, mas não tem nada pronto. A gente espera que isso se desdobre a partir da formação do comitê de internacionalização. É... em relação a financiamento e parceria privada a gente tá na mesma, como eu te falei estamos em um processo de escrita do projeto.

Jessica: Mais uma vez eu gostaria de agradecer seu tempo pra falar comigo. Pra finalizar, o que você, enquanto professora, espera desses projetos de internacionalização para seus alunos?

Danielle: No fim das contas eu espero que todo esse processo de internacionalização coloque o nosso aluno em visibilidade, o nosso aluno intercambista que estuda o idioma, em visibilidade pra outros campos. Que ele tenha uma percepção de mundo muito maior do que aquela é, do que o círculo que ele vive né? Que ele perceba que tudo é muito mais amplo do que ele imagina, que ele

possa ter acesso e conhecer outras culturas, que ele possa se desenvolver o máximo possível, enquanto ser humano que consegue compreender as diferenças. As diferenças regionais, as diferenças é... culturais mesmo, entre diversos, entre todos que compõe essa massa humana. A minha ideia vai muito de emancipação pessoal sabe? Eu viso muito o esclarecimento, o desenvolvimento né? A autonomia, pra mim é isso. Eu penso que quando você atinge esses níveis as outras coisas vêm. O aluno é... não sei, ele se desenvolve financeiramente, economicamente, consegue um emprego bom e tal. Mas isso pra mim é consequência. Eu viso muito o desenvolvimento pessoal mesmo. Eu penso que participar de todos os programas que dão suporte, eles contribuem muito pra que essas outro desenvolvimento, eles aconteçam de fato.

Danielle: Espero ter ajudado e aí qualquer coisa você pode perguntar mais. Eu falo muito (risos).

APÊNDICE III

Jessica: Bom dia, Frederico! Tudo bem? Já deixo aqui o meu agradecimento, por mais uma vez conversar comigo e me ajudar nesse trabalho (risos). Pode começar falando seu nome e contando um pouco sobre a assessoria.

Frederico: É sempre um prazer poder ajudar, Jessica! Meu nome é Frederico Chaves Sampaio Junior, eu sou professor de espanhol do IFS, lotado no campus de Aracaju. E... atualmente também, eu sou assessor internacional do IFS e onde... e trabalho na reitoria, sou ligado diretamente a professora doutora Rute Sales que é a nossa atual reitora. Lá na assessoria de RI... deixe eu só dar um bom dia aqui pra Wellem, você sabe quem é Wellem né? Só um minutinho viu querida? (Frederico responde Wellem). Eu sou assessor internacional do IFS, lá na assessoria de RI a gente fica responsável de... De... De... Intermediar procurar parceiros, fora acordos né? Convênios, acordos de cooperação, né? É... lá a gente procura orientar muito. Orientar a comunidade interna. Quando falo comunidade interna, que são os servidores, docentes e técnico administrativo e alunos, em situações de... de... situações de relações internacionais, vamos dizer assim. As vezes o aluno quer... tem muito aluno que nos procura lá porque quer estudar fora, né? Ele quer estudar fora, EUA, Europa, qualquer lugar do mundo. Então a gente procura assim, informações, né? A gente lógico que tem já tem uma certa experiência. Informações para orientar esse aluno onde ele queira estudar, né? Em uma universidade estrangeira. Assim como servidores também procura muito para fazer uma pós-graduação fora, é... o doutorado, pós-doutorado. Ultimamente tem sido mais pós-doutorado. E aí eles procuram a gente para saber quais são instituição que nós temos parceria né? E a gente... por exemplo, que nesse último ano aí eu consegui fazer uns três encaminhamentos para pós doutorado. De técnicos nossos para o Instituto politécnico do Porto. Que é um dos nossos parceiros, né? Hoje. Só que nós temos um convênio de cooperação. Lá também na assessoria de relações internacionais a gente recebe muitas demandas que vem do CONIF, que é um conselho... o conselho do... das instituições da rede Federal, né? E aí geralmente quando o CONIF ele... Ele... Ele elabora editais de seleção nacional. Geralmente de estudantes para mobilidade, aí o que nós fazemos lá? O que cada instituto faz? Cada instituto faz a seleção local e seleciona, né? Sergipe faz uma, Bahia faz outra. E aí nós encaminhamos para o CONIF e o CONIF faz a seleção nacional, Certo? Bom eu acho que é isso. (risos)

Jessica: Nossa, eu não imaginava, eu imaginava. Foi completamente diferente do que eu pensei. Porque realmente é uma assessoria, eu achava que você... que vocês trabalhavam com editais sabe?

Frederico: Ah sim, posso completar então?

Jessica: Pode sim, por favor!

Frederico: Ótimo! Então, trabalhamos sim com editais, por exemplo, logo quando eu assumi acho que em 2017, foi em 2018... 2018! Nós fizemos um edital, um edital para selecionar 15 servidores e esses servidores tinham que apresentar um projeto de pesquisa com duração de 10 meses e um... e um... e um mês nesses dez meses, ia fazer um mês em uma imersão lá no instituto politécnico do Porto. Dez.. Então selecionamos dez servidores, doze docentes e três técnicos administrativos de... de... na área de educação né? E eles fizeram essa pesquisa de dez meses sendo um presencial lá no Instituto Politécnico do Porto. Então isso foi um edital elaborado pela assessoria de relações internacionais, certo? Há também edital, como falei pra você, que às vezes vem do CONIF e o do MEC, geralmente SETEC né? O que é secretaria de educação tecnológica. Às vezes eles fazem a nacional e a gente elaboramos o edital para fazer a nossa relação local, entendeu? Aí selecionamos o aluno e encaminha para eles e lá eles escolhem. A gente elabora edital também, mas como eu falei né? Eu estou com dois anos e é... Algo assim na assessoria até o momento... até o momento de servidor com um edital e aluno nós fizemos dois editais.

Jessica: Quais os países? Você tem noção de quais países que vocês têm mais cooperação?

Frederico: Certo! Certo! Ó, desde que eu assumi... Que a maioria dos acordos que nós temos aqui é com Portugal. Certo? Portugal foi o grande parceiro nosso, nós temos assim é... Em termo de cooperação com... Com o Instituto Politécnico do Porto, Instituto Politécnico Castelo Branco, Instituto Politécnico é.... Bragança, Instituto Politécnico Leiria, certo? Portugal é o nosso grande parceiro. Estamos em conversa com o Instituto Politécnico de Setúbal e com o Instituto Politécnico de La guarda, porque atualmente na nossa gestão nós estamos com foco no curso, na... na... dupla diplomação. Eu não sei se você conhece ou sabe o que é dupla diplomação né? Sabe? Pronto. Então a gente assim nessa nossa nova gestão está procurando dupla diplomação por quê? O que é sim dupla diplomação entendemos que é... Um... Uma forma que você pode contemplar toda comunidade interna. Quer dizer, você pode fazer mobilidade só para... para os alunos que é a grande maioria dos editais que ocorrem na rede é para voltado para os alunos. E eu acho importantíssimo! Só que os alunos eles chegam e vão embora, então é importante assim que você faça também... Contemplou servidores, por que os servidores eles vão fazer e vão permanecer e vão qualificar mais a instituição. Então dupla diplomação vai englobar todo mundo porque os alunos vão, os professores também eles... eles... eles podem ir também, por exemplo, em um na proposta que nós temos é... é... é... Desenvolvendo, o aluno vai fazer uma parte da graduação em Portugal e vai ter um título de... É... Vai fazer também um mestrado. O professor daqui ele vai fazer o coorientador

desse aluno, então esse aluno ele vai poder também... Ele vai fazer uma mobilidade para defesa do aluno. Se o aluno tiver realizando uma pesquisa no laboratório lá em Portugal, o professor vai também para poder acompanhar. Então assim, contempla toda a comunidade entendeu? Então por isso a gente tá com esse foco agora na dupla diplomação.

Jessica: Tem mais alguma área que é mais procurada? Engenharia? Tecnologia? Exata? Ou Letras?

Frederico: A área mais contemplada você tá perguntando, não é Jessica? Então Jéssica, tudo bem, algumas escolas... (Wellem entra na sala da conversa). Bom dia, Wellem! Tudo bem? (risos). A nossa escola, escola... como ela tem uma origem técnica o... O.... O... O instituto... Os institutos federais eles foram escola de aprendizagem industrial, depois virou escola industrial, depois virou escola técnica para chegar no Instituto Federal. Então ela tem origem técnica. Técnica voltada para... mais para áreas de exatas, então assim, se a gente for pegar... se a gente for pegar o que tá acontecendo na nossa rede, o curso da área de exatas como os da engenharia acabam sendo os mais contemplados, entendeu? Mais privilegiados nesse sentido. Mas assim, aqui o nosso instituto, quem tem uma grande relevância, assim... Como é que eu posso dizer? Visibilidade! É... O curso na área de humanas sociais, é turismo. Por que turismo, nós temos o curso de turismo no nível de um mestrado na pós-graduação stricto sensu. É o nosso único mestrado, curso de mestrado nosso, nosso mesmo. Porque a gente tem um de educação. De educação também no mestrado, mas é com a rede, entendeu? Não é com... Não é nosso, nosso... É uma parceria de outros institutos. Já o de turismo não! O curso de mestrado em turismo é no nosso, então assim, o turismo acaba se destacando por que você tem curso técnico na área de turismo, nós temos guia de turismo, nós temos curso superior tecnólogo, que é gestão em turismo e nós temos mestrado profissional de turismo. Então assim, a gente tá tendo um destaque bem interessante e o turismo também tá. A gente tá procurando para ser eles, para desenvolver a área de dupla diplomação. O que acontece? Aqui não tem nenhum exemplo na rede, entendeu? Porque esse que nós estamos em conversa, eles já estão acontecendo em outros institutos. Por exemplo, a gente tá em conversa com a engenharia elétrica no curso de engenharia elétrica nosso do campo de lagarto com Setúbal... Com Setúbal e com pouco ele já tem experiência com outros institutos nessa área de engenharia elétrica, então a gente aproveita a experiência que tá... tá acontecendo na rede para trazer para gente. Mas, é... Dupla diplomação não é uma coisa assim, que tá envolvendo, que tá assim digamos presente em toda a rede não porque são 41... 41 instituições da rede Federal. São 38 federais 2 CEFET e um colégio Pedro Segundo. Desses 41... eu fiz... eu... eu fiz uma pesquisa que peguei dados do CONIF. Só 7 possui convênio de dupla

diplomação então é pouco né? Se você for olhar de 41, só 7? Então assim, Sergipe tá assim empenhado numa ação como essa é uma coisa fantástica entendeu?

Jessica: Eu vou tentar mostrado (risos) quando sair.

Frederico: Ah, que legal!

Jessica: Sim! Tá na lista das opções. Eu me interessei muito porque é uma área que eu quero... eu quero tentar mestrado, né? E aí tem uma área que é de desenvolvimento comunitário que eu queria tentar. Mas enfim, vocês têm alguma parceria com alguma universidade não só aqui de Sergipe, mas com alguma diversidade fora?

Frederico: Universidade... universidade não, Jéssica! Não temos universidade assim não. Temos com institutos politécnicos, mas a universidade mesmo assim um convênio firmado de... porque o seguinte ó, o convênio é perfeito! Muito bom! Mas não adianta você ter convênio, se você não colocar em prática, certo? Porque às vezes eu posso dizer, olha eu tenho 50 convênios! Eu tenho 50 convênios! Eu tenho um convênio lá com... com instituições do Japão, da Antártida, mas se eu não faço edital, se eu não faço... se não acontece nada, então não vale de nada entendeu? então assim, uma coisa inclusive... inclusive até hoje em dia para você conseguir quando você vai tentar fazer um acordo de cooperação, um convênio, a procuradoria federal que nos orienta, que tanto os institutos federais como as universidades elas têm procuradores federais e digamos lotados, né? Então não são servidores da universidade, nem do instituto, mas... mas eles estão lá, eles ocupam o espaço lá para orientar juridicamente, né? a instituição eles, por exemplo, ele existe um plano de trabalho para fazer um acordo... com um acordo de cooperação convênio, ou seja, um plano de trabalho tá bem claro que... que você já tem uma ação concreta, tá entendendo? olha a gente vai fazer esse acordo digamos com a universidade lá de Tóquio, porque nós vamos fazer um edital para selecionar servidores ou alunos para enviar para lá, tá entendendo? Então você tem que ter alguma coisa concreta, né? Uma coisa completa assim para realizar... para poder... para poder passar pela procuradoria. Porque se você não tiver, não passa... não passa. Cadê o plano de trabalho? Você não vai mentir no plano de trabalho. Você tem que colocar o que realmente vai fazer, né? então e aí para que as coisas aconteçam tem que haver um investimento institucional também entendeu quando aquela velha chega do governo federal aí o reitor a reitora ou tá vamos destinar que esse aqui 500.000 para área internacional para internacionalização tem que haver isso por exemplo quando essa dos servidores esse dos servidores que foram 15 servidores a Portugal foi na época da transição de temer para Bolsonaro, né? Bem interessante essa transação temer para Bolsonaro, aí eu lembro que na época de temer ele segurou o dinheiro, um dinheiro que era para ir para universidade de tudo

e no final ele liberou novembro ele liberou aí foi aquela, loucura, chega, chega... vamos fazer o edital, porque se você não tem onde aplicar o dinheiro você tem que devolver o dinheiro e aí eu lembro que ajuda de custo para esse edital era coisa de assim R\$2000, R\$3000, Tipo assim. Na época nosso campo não era tão favorável não, estava tão desfavorável como tá agora, tão desfavorável... assim... tão... tão... tão defasado que estava assim, não dava para comprar passagem de avião, né? Olha o servidor ele vai comprar a passagem dele, pelo menos, sei lá, uma perna... uma perna e meia, mas aí de 2, 3 mil passou a ser 15.000, foi 15.000 para casa servidor de ajuda de custo. Quer dizer, 15.000 para ele passar um mês, né? Pagar passagem, hospedagem e o seguro saúde que era obrigatório também. Tem que investir para você, para as coisas acontecerem, tem que investir. Não adianta ela assessor, ele pode ter as melhores ideias do mundo, se não tiver investimento não acontece.

Jessica: Tem alguma verba do IFS destinado a assessoria de relações internacionais?

Frederico: Não! Assim, que chegue assim “olha vai tanto para assessoria”, pelo menos isso nunca foi passado. Quando teve esse edital era muito verde, sabe? Eu tinha acabado de entrar e acontece muito de instituições, os professores assumem cargos, a gente vem muito assim, muito verde em gestão. Eu, particularmente, era muito verde. Eu tinha experiência de um mês como... como... um mês e meio como gerente de ensino técnico e eu assumi um pequeno período para resolver um problema institucional, e aí foi para assessoria porque aquela coisa eu sempre digo que, as relações internacionais, mas tecnicamente eu não tinha outra praia, não tinha aquele preparo de gestor. Agora você vai aprendendo, né? A gente vai aprendendo porque eu participo de fora e dos assessores aí você vai... vai... vai... vai... vendo os trâmites da gestão. Agora mesmo, que nós temos a bolsista, ela... ela tem participado de tudo comigo. Wellem já participou de reunião com a reitora, já foi essa semana e já tem uma com o procurador federal para semana que vem já, entendeu? E aí são essas reuniões, são esses diálogos com os gestores que você vai aprendendo como funciona, entendeu? Como funciona os trâmites que você tem que fazer, né? Mas, por exemplo, respondendo sua pergunta, não nunca chegou assim “olha, Fred, para assessoria de relações internacionais vai um... um milhão para você administrar, fazer um edital”, nunca chegou assim para mim, entendeu? Espero que um dia chegue, né? Até esses dois anos que a gente tem de gestão, aí eu falo de gestão, porquê da reitora, né? Atual a gente chega minha professora chega e “olha para aqui (risos), aí tipo pode ser, né? Pelo menos que pode a gente faz alguma coisa, né? (risos)

Jessica: Só para deixar aqui registrado, vocês têm parceria com setor privado? Mesmo que seja da educação?

Frederico: Quando você me pergunta aí eu sempre vou responder pela assessoria, tá? Porque assim possa ser que outro setor tem, né? Não, a gente não tem... não tem, entendeu? Não tem convenio privado, mesmo assim e fazer alguma ação específica não... não temos e olhe essa questão do setor também tá muito ligado a vaga de Wellem de bolsista, que a gente vai... o objetivo é a gente estrutura o setor a partir das coletas de dados que nós vamos fazer na rede Federal dos outros institutos, entendeu?

Jessica: Eu perguntei porque na UNIT tem uma assessoria e eles fazem também algo bem parecido com o que você falou no início, de fazer para os alunos, para os outros professores. Eu acho, conversando com você e com as pessoas que eu já conversei, eu sinto que falta uma parceria entre a gente, sabe? Mais conversa assim porque, por exemplo, é o fato de uma bolsista... Wellem ser bolsista da UFS, ela é uma aluna da UFS, que tá tem uma bolsa no IFS, isso é o início de uma parceria. E falta isso porque, por exemplo, se tivesse conversa, os três estão fazendo a mesma coisa, mas é cada um no seu canto, as pessoas não conversam e eu acho que... eu acho que se houvesse uma parceria maior, as assessorias começariam a ter mais visibilidade, porque falta visibilidade. É o que eu comentei com você da outra vez, eu não sei se você vai lembrar, mas eu não conhecia assessoria internacionais do IFES e tipo uma aluna de relações internacionais, a gente não tem noção de que existiam assessoria de relações internacionais em Sergipe.

Frederico: É, realmente é uma coisa absurda na cidade do tamanho de Aracaju, que é pequena, né? E aí... e aí as pessoas não se comunicam, vamos dizer assim né? Não se comunicam e tal, mas assim a chegada de Wellem, né? Como você está já é o marco, né? Como você já disse, já presenciou inclusive, foi você que me deu a reunião com a Érica, né? Já conversei com a Érica, já conversei com o professor Cairo, né? Já... já não seguimos nas redes sociais e aí...

Jessica: Eu acho que o professor Cairo, vocês dois uma conversa vai ser tipo... ele também trabalha com a internacionalização do ensino superior, então eu acho que assim um evento...

Frederico: Fim de período, né? O resto de período de 2020, veja só como tá atrasado, né? Mas, assim, nós vamos conversar sim, vamos vai haver uma proximidade, uma aproximação para ações conjuntas, mas aproveitando. Eu vou falar com Cairo, eu tenho essa vontade, né? Uma coisa de cada vez, como tá ainda essa pendência, eu ainda tenho que conversar... eu tenho que conversar... já conversei com Érica, né? Mas eu quero conversar com Cairo, principalmente desse projeto, com esse projeto que Cairo tem com os internacionais, né isso? Porquê... para ver se a gente consegue replicar no IFS, como IFS Internacional, entendeu? Eu comentei com ele, é... assim que a ideia fazer, se replicar esse projeto, mas assim, a gente pretende esse edital sendo aprovado para esses

alunos terem bolsa, entendeu? É interessante os alunos terem a bolsa sozinha deles, entendeu? Para... para ganhar o seu dinheirinho, para poder se manter tudo, entendeu? E ficar motivado, né? Você tem uma bolsa tá recebendo é muito bom, né?

Jessica: E acabou a bolsa agora. Porque esse projeto tinha bolsa, tinha bolsa projeto de extensão, aí não foram renovadas, não abriu o edital de novo e eu fico assim, gente um trabalho tão incrível as pessoas estavam fazendo, a gente teve contato com várias universidades, com várias professoras do mundo inteiro por causa desse projeto e aí acabou. Assim, não acabou, o professor manteve, mas é muito difícil você conciliar um curso com um programa desses, porque demanda pesquisa, tem que fazer relatório, tem que fazer um monte de coisa e não é só postar. A galera acha que é só postar na rede social, mas tem que fazer monitoramento, tinha palestras, então assim, tem que organizar os eventos.

Frederico: Então, a minha ideia conversar com professor Cairo, talvez eu até faça uma chamada de vídeo com o diretor de pesquisa e pós-graduação do IFS para a gente ver. Assim, poxa, esse projeto assim... Cairo apresentar o projeto para gente e esse projeto em que edital, ele tá em extensão. Porque existem editais que são permanentes, entendeu? Que todo ano acontece, por exemplo, esse edital que Wellem foi aprovada é Pibiex que é justamente, que os bolsistas dos setores do IFS, né? Setores. Que é diferente de estágio, certo? É diferente de estágio. Estágio é uma orientação da universidade, entendeu? Os professores orientam. Uma bolsa não, a bolsista Wellem sou eu, entendeu? E os outros colegas também, os outros colegas dos outros setores por exemplo, tem na pró-reitoria de ensino aí tem bolsa, pro reitor ou algum diretor de ensino que orienta esse bolsista, entendeu? Não são os professores da universidade, professores são estágios. Então é um pouco diferente, entendeu? Mas é isso, assim a gente tá empolgado, né? Oh, Wellem começou oficialmente dia 30, né? E depois ela pode dizer para você se tá gostando de tudo, né? Não adianta eu falar quem tem que falar é Wellem.

Jessica: Para finalizar, eu quero que você fale um pouco sobre o que você espera da assessoria do IFS nos próximos anos. Tanto... tanto... tanto como coordenador, como profissional do IFS que é importante.

Frederico: Eu espero, eu sempre... meu pensamento é... é até o fim do mandato da professora Ruth, assim ela é a atual pró-reitora ela vai ser candidato à reeleição em 2022, né? Coincidia inclusive com a eleição presidencial de presidente da república e eu espero que a gente consiga visibilidade ao setor, né? Como você falou eu não sabia que existia, então assim que o setor ganha uma visibilidade tanto interna quanto externa, né? De repente você que é gaúcho ou de qualquer outra

parte do estado olho e aquela ali é a assessoria internacional do IFS, né? Como a gente combina com a comunidade, né? E que a gente... Gente... assim com essa visibilidade ela aconteça junto com a estruturação do setor, setor de referência mesmo, daquelas pessoas que almejam alguma coisa fora, né? Os servidores da comunidade assim saibam olhar “eu vou lá na assessoria porque lá é você bem orientada para realizar meu sonho acadêmico” vamos dizer assim.

Jessica: Então é isso, muito obrigada por você ter conversado comigo! Eu sei que quando a gente conversa, a gente sempre sai com sempre com vários eventos futuros, né? Então muito obrigada pelo seu tempo também que é corrido, todo mundo sabe que tá difícil para todo mundo do jeito que tá, mas enfim é isso muito obrigada!

Frederico: Ok, Jéssica! Se você tiver com dificuldade de encontrar alguém para compor a banca de TCC, TCC que se chama aí, né? Trabalho de conclusão de curso eu posso participar, tá? Boa sorte!

APÊNDICE IV

Questionário para os bolsistas/estagiários de Relações Internacionais

- **Nome, idade, curso, onde e a quanto tempo faz estágio.**

Paula Renata Silva Santos 21 anos Relações Internacionais SEDUC/SE - Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura 1 ano e 1 mês (entrei em dezembro de 2019)

- **Quais são suas principais funções?**

Minhas principais funções são: Auxiliar na divulgação dos projetos cuidados pelo setor, por exemplo, com a pandemia, fizemos lives/webinários com participantes e ex-participantes dos programas e projetos. Antes do momento da pandemia, auxiliei também na organização do workshop (Internacionalize-SE) para divulgar as oportunidades para os alunos e professores da rede estadual. Auxiliei na escrita e na esquematização do Projeto de Internacionalização, com o Programa “De Sergipe para o Mundo” (ele ainda não foi implementado, está na fase de ajustes finais) - participo de reuniões com os outros setores que podem se envolver com esse projeto e com outros lugares - como a Secretaria de Educação de Pernambuco Apoio administrativo - apoio geral às ações

- **Você colocou em prática algum ensinamento do curso?**

Na criação do projeto, foi necessário a escrita de uma justificativa teórica que pudesse dar respaldo para a importância do processo de internacionalização. Então como foi uma parte de escrita, eu pude usar alguns textos que conheci ao longo do curso. Nas discussões sobre o projeto pude explicar coisas que eu tinha conhecido com o curso - como palestras que eu participei e eventos. Não sei se seria “colocar em prática”, mas também estou tentando aplicar alguns conhecimentos de negociação no dia a dia do estágio e no pensamento dos projetos.

- **Você tem alguma dificuldade no estágio relacionada ao curso?**

Então, como não consegui fazer a disciplina de Políticas Públicas (porém tenho a ementa) e ainda não fiz a disciplina de projetos, e por ter entrado no início do 4 período, acho que talvez essas disciplinas possam ter me feito falta - pois eu não tinha muito conhecimento anterior sobre os

assuntos. Mas, com o tempo, eu fui aprendendo e entendendo algumas coisas na prática. Entendendo como funciona a burocracia, como é o funcionamento de uma Secretaria, como se faz o diálogo com outras instituições, como escrever propostas/projetos... Acho que pelo curso ser bastante teórico, nós vamos aprendendo mesmo mais com as práticas do dia a dia. Apesar do entendimento teórico não deixar de ser importante, pois podemos entender em um “sentido macro” como as coisas funcionam.

- **Acha que a internacionalização é importante para a SEDUC?**

Acredito que sim. Ao levar em consideração, por exemplo, uma das coisas que o setor que eu faço estágio atua (os projetos escolares) ter esse intercâmbio de conhecimento entre professores e entre alunos parece ser muito importante para a troca de aprendizados, aprimorar o ensino e iniciativas estudantis e para trazer novos conhecimentos para o estado de Sergipe como um todo, já que os projetos também têm a capacidade de impactar a comunidade em que está inserido. Fazendo com que seja bom para a imagem da Secretaria, para as Unidades Educacionais (escolas e colégios) que tiveram seus alunos e/ou professores participando dessas oportunidades.

- **O que acha que poderia melhorar?**

Então, a Secretaria já trabalha a algum tempo com programas relacionados ao “internacional” a exemplo de programas como Jovens Embaixadores e English Immersion Program, ambos promovidos pela Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil. E agora se estuda e se constrói um projeto para consolidar essa “Internacionalização” e melhorar alguns aspectos anteriores. Uma dessas melhorias buscadas é ampliar o impacto na rede. Ou seja, os projetos anteriores chegavam a um número reduzido de professores e, principalmente, estudantes. Existiam poucas vagas, principalmente para os alunos, e talvez por conta disso a procura não era tão alta. Então uma coisa que eu acho que poderia ser melhorada, seria essa possibilidade de ampliar a participação de mais estudantes e professores - que está sendo estudada, mas ainda não foi efetivada

APÊNDICE V

- **Nome, idade, curso, onde fazia estágio e ficou por quanto tempo.**

Júlia Gubert Tartaro, 23 anos, Relações Internacionais, Universidade Tiradentes, entre fevereiro de 2019 e novembro de 2020.

- **Quais suas principais funções.**

Atendimento a alunos e funcionários da instituição;

Prospecção, renovação e negociação de convênios com IES internacionais;

Tradução de textos e documentos;

Funções administrativas e auxiliar em atividades da coordenação, como organização de eventos, planejamento de atividades, organização do sistema.

- **Você colocou em prática algum ensinamento do curso?**

Sim. O setor trabalha com a internacionalização do ensino superior e eu pude ter contato com diversos tópicos que trabalhamos no curso de forma direta ou indireta.

- **Você tem alguma dificuldade no estágio relacionada ao curso?**

Não.

- **Acha que a internacionalização é importante para a CoriUnit?**

Sim.

- **O que acha poderia melhorar?**

Na função do estagiário, nada. O departamento dá treinamento e, com o tempo, mais autonomia e funções mais desafiadoras, que possibilitam o crescimento profissional.

APÊNDICE VI

- **Nome, idade, curso, onde é bolsista e a quanto tempo está no cargo.**

Wellem da Silva Evangelista. Relações Internacionais. Bolsista na Assessoria Internacional do Instituto Federal de Sergipe (ASSRI/IFS), desde de 31/10/2020.

- **Quais suas principais funções.**

Minhas funções no sentido formal do projeto é: desenvolver, sob coordenação do Professor Frederico, uma pesquisa documental e bibliográfica analisando o funcionamento de outras assessorias da Rede de Institutos Federais, além de ter uma leitura de muitos artigos na área de internacionalização e também de metodologia, e a partir disso depois iremos produzir um trabalho que contribua para a futura gestão da nossa assessoria e outras da rede. Estamos trabalhando de modo remoto desde o início, então eu faço coleta de documentos oficiais relacionados à internacionalização disponíveis nos portais dos Institutos e unidades de internacionalização. Desenvolvo um questionário com base nessas leituras também, que serão usadas para guiar o trabalho. Participo e assisto eventos e palestras relacionados à temática como ouvinte representando a ASSRI/IFS, mas também já montei e realizei uma apresentação de abertura do Prof. Frederico para um evento do CONIF. Faço anotações de reuniões e eventos importantes para anexar na pasta do Drive da Assessoria. Participo de reuniões frequentes com o coordenador para tirar dúvidas, encaminhamentos de demandas, também reuniões com representantes internacionais de outros institutos e instituições no Brasil e no Exterior. As vezes tenho a demandas de pesquisar sobre determinados projetos de internacionalização e monta algum banco de informações sobre, a partir de exemplos concretos presentes na Rede (ex: programa de professor visitante, mobilidade virtual, etc)

- **Você colocou em prática algum ensinamento do curso?**

Tenho colocado em práticas conhecimentos sobretudo da área de simulação negocial e metodologia, principalmente no momento de tratar situações e oferecer possibilidades para algumas situações na assessoria ou nas reuniões, também para identificar e sugerir parcerias e oportunidades que sejam estratégicas, identificar diferenças culturais que possam influenciar. E a disciplina de metodologia tem servido muito para trabalhar o desenvolvimento do trabalho.

- **Você tem alguma dificuldade no estágio relacionada ao curso?**

A principal dificuldade que eu identifico é que a área de relações internacionais segue não sendo bem compreendida por muitos mesmos dentro da rede de assessorias, o que gera um mal aproveitamento das capacidades e conhecimento do bolsista ou estagiário de R.I, realizando funções muito mais técnicas ou com baixo aproveitamento da interdisciplinaridade que o curso deste estudante possui. Não tenho tido dificuldades no sentido de uma falta que sinta no curso para a execução das minhas atividades, mas percebo que a internacionalização educacional é um tema pouquíssimo trabalhado no curso de R.I, eu nunca tive nenhuma aula sobre o tema.

- **Acha que a internacionalização é importante para a ARIFS?**

Acredito que a internacionalização quando bem estruturada e com uma agenda de interesse bem definida e uma relação horizontal entre os parceiros pode ser muito útil para o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e novas produções tendo a participação de pessoas com experiências e técnicas mais diversificadas. Sergipe tem muitas potencialidades na área de turismo, produção energética, e cursos de ótima qualidade, como os de engenharia, que poderiam ter uma atuação bem mais significativa tanto para a comunidade sergipana quanto para outras comunidades, a partir dessas parcerias, recebendo e enviando discentes, docentes, técnicos desenvolvendo projetos conjuntos, com financiamentos intergovernamentais ou de agências, etc.

- **O que acha poderia melhorar?**

Acredito que ter a presença de mais profissionais da área de RI nas assessorias iria ter um impacto bem maior na forma de encarar e lidar com parcerias. Muitos profissionais são da área de Letras, o que é bom em muitos sentidos, mas falta um conhecimento sobre negociações, cooperações, estratégias etc., e consequentemente os bolsistas e estagiários acabam tendo uma participação em certa medida subestimada no processo de internacionalização.

APÊNDICE VII

- **Nome, idade, curso, onde fazia estágio e ficou por quanto tempo.**

Kaio Santos Aguiar, 23 anos, Relações Internacionais, Assessoria Internacional da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, 1 ano.

- **Quais suas principais funções.**

Auxiliar os funcionários em todas as atividades em que fosse preciso. Desde assuntos ligados a relações internacionais de fato, até organização de eventos da assessoria internacional, planilhas, apresentações de slides, etc.

- **Você colocou em prática algum ensinamento do curso?**

Sim. Vi na prática aproximação com assuntos ligados a paradiplomacia, cooperação e políticas públicas e relações internacionais. Entretanto, na maioria do tempo o setor lidava com funções burocráticas que não tangiam necessariamente a área de relações internacionais.

- **Você tem alguma dificuldade no estágio relacionada ao curso?**

No geral não, pois como já disse, a maior parte do tempo o setor lidava com assuntos burocráticos. Mas quando tinha que lidar com o que envolvia relações internacionais de fato não senti dificuldade.

- **Acha que a internacionalização é importante para a SEDUC?**

Sim, o trabalho feito motiva os alunos e professores, e por consequência, melhora a educação do estado. Os programas de intercâmbio e internacionalização que a assessoria tinha responsabilidade na época em que fiz estágio, em sua maioria, não tinham um alto custo de adesão para o estado de Sergipe e traziam um bom retorno. A maioria dos programas eram custeados pelo governo federal, por universidades fora do país ou embaixadas. O pessoal do setor era bastante esforçado e conseguiam buscar oportunidades. Na época em que saí, os programas da assessoria estavam ganhando bastante visibilidade. Cada vez mais alunos e professores se interessavam e procuravam saber sobre os programas. Tudo isso mostra que a educação pública de qualidade é possível.

- **O que acha que poderia melhorar?**

Bastante coisa. Acredito que o setor ainda está se aprimorando e definindo o escopo de suas atividades. Os funcionários têm bastante potencial e bastante vontade também, mas há bastante limitação no que diz respeito a recursos. Há muitos caminhos que ainda podem ser explorados. No que diz respeito ao papel do estagiário, este deveria ter mais oportunidades e também ser mais desafiado. Não senti que fui desafiado e também não me senti estimulado a dar o meu melhor o tempo todo.